



Universidade de Brasília  
Faculdade de Comunicação  
Curso de Comunicação Organizacional

Vitória Almeida Soares

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PERCEPÇÃO PÚBLICA  
SOBRE A VACINAÇÃO**

Brasília - DF

2024

Vitória Almeida Soares

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PERCEPÇÃO PÚBLICA  
SOBRE A VACINAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Comunicação  
da Universidade de Brasília, para obtenção  
do título de Bacharel em Comunicação  
Organizacional, sob a orientação da  
professora Thaís de Mendonça Jorge.

Brasília - DF

2024

**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Comunicação**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PERCEPÇÃO PÚBLICA**  
**SOBRE A VACINAÇÃO**

Autora: Vitória Almeida Soares

Orientadora: Thaís de Mendonça Jorge

Banca Examinadora:

. Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela de Aguiar Araujo

. Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gisele Pimenta

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Eliane, por me dar força e sabedoria para superar todos os desafios enfrentados durante a minha jornada acadêmica, e por sempre me incentivar nos estudos. Obrigada por me escolher como filha; dedico todo este trabalho a você.

Sou grata às minhas irmãs, Geovana e Giulia, que sempre estiveram ao meu lado. Espero ser uma inspiração para vocês no futuro. Em especial, agradeço à minha tia Carol, por seu constante apoio. À minha avó, Maria Ivanilda, que sempre me proporcionou o essencial para que eu pudesse estudar, e à minha madrinha Patrícia, que nos primórdios da minha infância me incentivou a ler e escrever.

Ao meu namorado, Igor, pelo apoio incondicional em todos os momentos e por acreditar no meu potencial, minha eterna gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Thaís de Mendonça Jorge, por sua paciência, persistência e, especialmente, por estimular em mim a escrita acadêmica. Com toda certeza, meu lado de pesquisadora despertou durante este processo, e seus conselhos foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos professores do curso de Comunicação Organizacional, Jornalismo, Publicidade e Audiovisual da Universidade de Brasília, por compartilharem seus conhecimentos e por todos os ensinamentos que levarei para minha vida profissional e pessoal.

Aos meus colegas de faculdade, em especial à Isabella, por estar ao meu lado, compartilhando as dificuldades e alegrias dessa experiência e por sua ajuda essencial na finalização desta tese. Todos vocês foram fundamentais para que eu pudesse continuar firme em meus propósitos.

## RESUMO

O presente trabalho analisa criticamente a percepção pública sobre a vacinação, destacando o impacto da desinformação no processo de imunização da população. A pesquisa aborda a evolução histórica das vacinas, a Revolta da Vacina no Brasil, e a relevância do Programa Nacional de Imunizações (PNI) como referência mundial. Além disso, o estudo explora o ressurgimento de movimentos antivacinas, tanto no Brasil quanto no mundo, e o papel das agências de fact-checking no combate à desinformação. A metodologia adotada inclui a análise de conteúdo, baseada em Bardin, e a aplicação de um questionário estruturado para avaliar a percepção da população sobre a vacinação e o impacto da desinformação. Os resultados sugerem que, embora a maioria dos participantes do formulário apoiem a vacinação, existe uma crescente desconfiança devido à disseminação de informações falsas, principalmente nas redes sociais. O estudo entende que a comunicação clara e eficaz, aliada à verificação rigorosa dos fatos, é essencial para combater a desinformação e promover a confiança nas campanhas de vacinação.

**Palavras-chave:** vacinação, desinformação, comunicação pública, movimentos antivacinas, *fact-checking*.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>11</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
3.1 Objetivos.....	13
3.1.1. Objetivo Geral.....	13
3.1.2 Objetivos Específicos.....	13
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
4.1. A Primeira Vacina.....	13
4.2. A Revolta da Vacina.....	15
4.3. Brasil: Referência Mundial na Vacinação.....	17
4.4. Movimentos Antivacinas no Brasil e no Mundo.....	18
4.5. Comunicação Pública e Jornalismo Cívico.....	19
4.6. A Era da Desinformação.....	21
4.7. Vacinação e Desinformação.....	23
4.8. O Papel das Agências de <i>Fact-checking</i> .....	26
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>33</b>
6.1. Análise do formulário sobre a Percepção Pública da Vacinação.....	33
6.2. Análise de conteúdo sobre desinformação na Agência Lupa.....	45
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>65</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**BUTANTAN** – Instituto Butantan

**CDC** – Centers for Disease Control and Prevention

**MS** – Ministério da Saúde

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**OPAS** – Organização Pan-Americana da Saúde

**PNI** – Programa Nacional de Imunizações

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras gerada a partir do questionário.....	42
Figura 2 – Checagem da Agência Lupa: print de mensagem do WhatsApp.....	46
Figura 3 – Checagem da Agência Lupa: print de um site estrangeiro.....	49

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sentimento sobre Vacinas.....	35
Gráfico 2 – Confiança em Autoridades de Saúde.....	36
Gráfico 3 – Informações Falsas nas Redes Sociais.....	37
Gráfico 4 – Desinformação e Vacinação.....	40

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Percepção Geral sobre Vacinação .....	31
Tabela 2 – Confiança e Fontes de Informação sobre Vacinas .....	31
Tabela 3 – Desinformação sobre Vacinas .....	31
Tabela 4 – Conhecimento sobre Agências de Verificação de Informações .....	32
Tabela 5 – Dados Demográficos .....	32
Tabela 6 – Fontes de Informação.....	39



## 1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores conquistas sociais do Brasil, crucial para garantir o acesso universal à saúde no país, incluindo a implementação e manutenção de um sistema de vacinação reconhecido no mundo todo. A criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em 1973, pelo Ministério da Saúde, simbolizou um grande avanço para a saúde pública no Brasil consolidando a oferta de vacinas gratuitas e acessíveis a toda a população e destacando a relevância do Brasil no combate a surtos e epidemias. O PNI é responsável por campanhas nacionais que resultaram na erradicação de doenças como poliomielite e sarampo, e garantiu a continuidade de aplicação e ampliação da cobertura vacinal no país.

Trabalhar o tema de vacinação no âmbito da comunicação é desafiante, devido à relevância e complexidade do assunto na atualidade. Nos últimos anos, a sociedade criou uma desconfiança em relação à vacinação, e muitas histórias tendenciosas, ou falsas foram difundidas, sustentando que a prevenção seria pouco segura e que as vacinas seriam utilizadas como arma biológica para o controle das pessoas. Vemos que a disseminação de informações falsas sobre vacinas tem um impacto profundo na saúde pública e na confiança das pessoas quanto aos programas de vacinação, e isso tem acontecido progressivamente, causando a hesitação vacinal e busca por outros meios de se prevenir contra doenças.

O objetivo deste trabalho é oferecer uma análise sobre a percepção pública a respeito da vacinação, com foco no papel da comunicação nesse contexto e a intenção de fortalecer a confiança nas vacinas. Além disso, debateu-se a relevância das agências de fact-checking no combate à desinformação sobre o tema (vacinação), no intuito de promover a credibilidade de fontes confiáveis. Buscou-se ainda descobrir, por meio de consulta on-line, quais estratégias de comunicação poderiam ser sugeridas para enfrentar a onda de notícias falsas sobre vacinas, em um contexto de crescente desconfiança em relação aos meios de comunicação e às instituições governamentais.

A metodologia utilizada no trabalho é híbrida, com foco na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), juntamente com a aplicação de um questionário para investigar a percepção dos respondentes sobre a vacinação e na análise das verificações de notícias feitas pela Agência Lupa. A coleta de dados ocorreu entre os dias 11 e 29 de julho de 2024, utilizando a plataforma Google Forms, com o link do questionário distribuído em grupos aleatórios de WhatsApp, que incluíam familiares, amigos e contatos acadêmicos, como grupos de pós-graduação e mestrado, garantindo um perfil variado, ainda que não totalmente representativo.

O questionário foi dividido em duas partes: a primeira parte abordava o tema da vacinação e da desinformação, contendo uma questão aberta para captar opiniões mais livres dos participantes, além de quatro questões em escala Likert, perguntas de sim ou não, e outras de múltipla escolha, proporcionando uma visão abrangente das percepções dos participantes.

A análise de conteúdo, por sua vez, foi realizada sobre duas verificações de informações feitas pela Agência Lupa, uma de 2018 e outra de 2021. A primeira verificação desmentia o rumor de um "surto mortal causado pela vacina da gripe nos EUA", enquanto a segunda desmentia a alegação de que "30% das pessoas vacinadas contra a Covid-19 morreriam em três meses". Essas verificações foram escolhidas por representarem momentos distintos no debate público sobre a vacinação, discutindo a propagação de desinformação antes e durante a pandemia de Covid-19. A análise teve como objetivo entender como a disseminação de informações falsas pode influenciar a opinião pública e promover o uso de ferramentas de verificação no combate à desinformação.

Os resultados sugerem que a população analisada está preocupada com a questão e que, apesar da frequência de desinformação contra as vacinas difundida principalmente pelas redes sociais, existe no Brasil um alto nível de confiança nas instituições governamentais e de saúde.

## **2. PROBLEMA DE PESQUISA**

Qual a percepção das pessoas em relação à vacinação?

## **3. JUSTIFICATIVA**

Para o autor Sato (2018), em 2016, houve uma queda nas coberturas vacinais no Brasil, após um período em que o índice de imunização superava 95%, está diretamente relacionada ao fenômeno da hesitação vacinal, que envolve a relutância ou recusa em aceitar vacinas, mesmo estando disponíveis nos serviços de saúde. Esse declínio tem sido associado tanto a fatores estruturais, como dificuldades no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), quanto aspectos culturais, como a influência de movimentos antivacinas e a disseminação de informações falsas, representa um sério desafio para a saúde pública, que se aproveitam da disseminação de informações falsas, afetando negativamente a confiança da população na segurança das vacinas.

Os movimentos antivacinas acreditam que as vacinas trazem mais malefícios do que benefícios à população. Estratégias de comunicação utilizadas por pessoas pertencentes a esse movimento ou com outros interesses incluem a fomentação do medo, com ênfase em credíes, e a manipulação das emoções com falso embasamento filosófico, espiritual ou político. Dentre os malefícios mais citados pelo movimento estão o de que as vacinas causariam autismo: o excesso de vacinas poderia levar a uma sobrecarga imunológica; as vacinas seriam uma tentativa de realizar um controle populacional; e o de que as vacinas conteriam metais pesados em suas formulações e causariam danos irreversíveis à saúde.

Nosso senso crítico é construído pelo meio em que vivemos, nossas experiências pessoais modelam a personalidade de acordo com o que consumimos, desde o café da manhã até o podcast antes de dormir, somos influenciados pelo ciclo da vida e o círculo em que convivemos. Caso as pessoas deste círculo criem receio em relação a um item, como a vacina, por exemplo, é possível que os indivíduos deste meio dividam a mesma crença. A saúde pública é de responsabilidade coletiva, pois uma

pessoa que se imuniza evita que o próximo fique doente. Entretanto, a comunicação, não somente da imprensa, mas a do boca a boca, ajuda a melhorar as situações conflitantes que o mundo tem passado nos últimos anos, de acordo com Beltrão et al (2020).

Para que o processo de aprendizagem seja eficaz, é crucial que seja realizado conforme as condições do meio em que as pessoas estão inseridas. Dessa forma, se existem campanhas antivacinas propagadas pelas mais diversas redes sociais, cabe ao comunicador utilizar desse meio para influenciar os usuários na conscientização da população sobre a relevância da vacinação (GUIMARÃES, 2017).

O termo *fake news* popularizou-se nos últimos anos e descreve uma onda de desinformação que afeta boa parte dos usuários das redes sociais. É utilizado para definir informações que não são verdadeiras, mas sim mascaradas para parecer verídicas, de acordo com o contexto em que se encontram.

Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, histórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos. (SANTAELLA, 2018, p.23).

Assim surge a polarização no campo político, marcada pela divisão entre grupos que se confrontam devido a divergências de pensamento. Nas redes sociais, esses embates são intensificados, pois os usuários são expostos apenas a dados que reforçam suas próprias crenças. É dever dos órgãos e profissionais de saúde procurar meios que visem uma conscientização da população sobre os benefícios que a imunização em massa apresenta para a sociedade (Beltrão et al., 2020).

### 3.1. OBJETIVOS

#### 3.1.1. Objetivo Geral

- **Compreender** como as pessoas veem a vacinação e as campanhas em prol da imunização.

#### 3.1.2. Objetivos específicos

- **Investigar** o papel da comunicação em relação às vacinas.
- **Perceber** quais são os sentimentos em relação às vacinas.
- **Verificar** a maneira como as pessoas percebem as notícias falsas
- **Debater** o papel e a relevância das agências de *fact-checking* no combate à desinformação em relação à vacinação e na promoção da credibilidade de fontes confiáveis.
- **Descobrir** quais estratégias de comunicação são sugeridas pela população para combater a desinformação sobre vacinas em um cenário de crescente desconfiança quanto aos meios e as instituições governamentais.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1. A primeira vacina

A varíola foi um vírus mortal que assolou toda a humanidade por milênios. A presença de marcas cutâneas típicas da varíola em múmias egípcias de 1100 a 1580 a.C., indicam que o Egito foi um dos primeiros, se não o primeiro local em que a varíola se estabeleceu. A múmia do Faraó Ramsés V, que morreu em 1157 a.C., apresenta estes sinais, sugerindo que ele possa ter sucumbido à doença. O primeiro relato inconfundível de varíola é do século IV d.C. na China. Nas últimas décadas do século XVIII, a varíola matou 400 mil pessoas por ano na Europa. Isso equivale a mais de mil pessoas por dia, ou a 45 mortes por hora. A varíola foi tão destrutiva nesse

continente, que durante as duas últimas décadas do século, foi responsável por uma a cada 10 mortes em Londres (DUMARD, 2017).

Os indivíduos infectados pelo vírus, caso sobrevivessem, tornavam-se imunes a uma nova infecção, proteção essa que durava a vida toda na maior parte dos casos, o que, de certa forma, indicava que elas estavam protegidas por um mecanismo desconhecido, que viria a ser pioneiro e motivo principal da descoberta da vacina.

Segundo Dumard (2017), pessoas que eram infectadas pelo vírus da varíola por meio de um arranhão na pele (e não pela via respiratória) apresentavam uma forma menos severa da doença. Observadores estabeleceram essa conexão, e começaram a utilizar os fluidos das pústulas ou as cascas dos ferimentos dos doentes em pessoas que nunca tinham tido varíola. A administração desse material através da pele usualmente produzia uma doença similar à varíola, mas de uma forma muito mais branda. O procedimento era chamado de inoculação, ou como ficou mais comumente conhecido, de variolização, sendo a primeira intervenção humana no controle da doença. Ainda segundo Dumard (2017), a técnica de variolização não era segura, pessoas tinham sérias reações e uma pequena fração delas morria. Além disso, o indivíduo submetido ao procedimento tornava-se um potencial transmissor da doença, o que a configurava como um experimento de tentativa e erro, não podendo garantir a segurança da população.

O conceito imunopatológico de vacina pode ser definido como um processo imunológico pelo qual o corpo desenvolve proteção contra patógenos infecciosos por meio de substâncias artificialmente introduzidas no corpo humano. As vacinas foram criadas para “ensinar” o sistema imunológico a reconhecer agentes infecciosos que podem causar doenças, agindo eficientemente na produção de anticorpos capazes de combatê-los (PINTO, 2018).

Edward Jenner (1749-1823) foi um naturalista e médico franco-inglês pioneiro na criação de vacinas, incluindo a invenção da vacina contra a varíola. No dia 14 de maio de 1796, um menino chamado James Phipps foi inoculado com o vírus da varíola, material este proveniente da pústula na mão de Sarah Nelmes, uma ordenhadeira infectada com o vírus da varíola bovina oriundo de uma vaca doente. Seis semanas

depois, Jenner inoculou o menino com o material e ele permaneceu bem (DUMARD, 2017).

“De origem latina, o nome “Vacina” vem do termo *vacca*. Assim, denominou-se o material da varíola bovina de vírus *vaccine*. Logo, a vacinação espalhou-se, e foi adotada como substituta da variolização. Na Europa, a vacinação foi muito bem aceita, principalmente em países como França e Suécia, o que afetou diretamente na expectativa de vida dos países adotantes, mas não era perfeita, ainda existiam casos de contaminação por bactérias e vírus do próprio vírus da varíola.” (DUMARD, 2017)

Entretanto, muitas pessoas apresentavam objeções devido a questões religiosas e filosóficas (DUMARD, 2011). Ainda de acordo com o autor, em 1814, durante a epidemia de varíola em Roma, o papa endossou o uso das vacinas, porém alguns membros da igreja rejeitaram a ideia, alegando que isso interferia na vontade divina. Também havia objeções ao uso de materiais de origem animal em humanos, e alguns pôsteres da época mostravam humanos com chifres ou caudas após serem vacinados, revelando que os mitos em torno da vacinação já não são de hoje, e o medo remete a tempos muito antigos.

Para Hotez (2021) é importante destacar que as vacinas não são as únicas ferramentas necessárias para combater doenças emergentes e negligenciadas que surgem em zonas de conflito, mas talvez sejam as mais eficientes e efetivas para prevenir doenças.

#### **4.2. A revolta da vacina**

A partir do século XIX, a vacinação tornou-se obrigatória em vários países, como Dinamarca (1810), Noruega (1811), Grã-Bretanha (1853) e França (1902), ainda enfrentando a resistência por parte da população que alegava o direito de livre escolha do indivíduo de vacinar-se (DUMARD, 2022).

A obrigatoriedade da vacinação no Brasil foi estabelecida pelo município do Rio de Janeiro em 1832, por meio do Código de Posturas, elaborado pela Câmara Municipal do Estado, que previa outras medidas sanitárias e tornava a contravenção passível

de multa. No entanto, não se conseguiu, num primeiro momento, fazer cumprir a obrigatoriedade e ela acabou valendo apenas para os escravos nas fazendas, o que levou a alcançar cerca de 40% da meta de vacinação (FERNANDES, 2010, p. 47).

Em 1904, um novo plano foi deferido para a regulamentação da aplicação das vacinas, o que levou à grande e histórica Revolta da Vacina.

O argumento do governo era de que a vacinação era de inegável e imprescindível interesse para a saúde pública. E não havia como duvidar dessa afirmação, visto existirem inúmeros focos endêmicos da varíola no Brasil, o maior deles justamente na cidade do Rio de Janeiro. O surto epidêmico contabilizou até o mês de julho desse ano mais de 1.800 casos de internação no Hospital de Isolamento São Sebastião, no Rio de Janeiro, e o total anual de óbitos devidos à varíola seria de 4.201 (SEVCENKO, 2018, p. 18).

No entanto, a população, revoltadíssima com o acordo oficial, alegou que os métodos utilizados eram truculentos, e os aplicadores de vacina, nem um pouco confiáveis. Porém, a história tinha camadas mais profundas. Segundo Moreira (2023), a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola fez parte de um projeto mais ousado de reurbanização e saneamento da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, que perdia investimentos internacionais de grande porte em razão das inúmeras epidemias, falta de saneamento e de infraestrutura.

Oswaldo Cruz, o sanitarista responsável pelas campanhas de extermínio e controle de epidemias, como febre amarela, peste bubônica e varíola, comandou o combate e provocou ainda mais conflitos com a população pobre do Rio de Janeiro. As “brigadas sanitárias [...] percorriam as ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes” (CARVALHO, 1987). O principal objetivo do governador do Rio de Janeiro na época, Rodrigues Alves, era iniciar planos de grandes obras públicas no Estado, a fim de transformar a cidade em um exemplo, segundo as normativas europeias.

Para isso, nomeou Pereira Passos como prefeito do Rio, na intenção de “fazer da cidade suja, pobre e caótica, uma réplica tropical da Paris reformada por Haussmann”



(CARVALHO, 1987, pág. 95). Os decretos do prefeito atingiam diretamente a população pobre, demandavam a desapropriação e demolição de casas e cortiços, o que expulsou os mais carentes para os morros. Pereira Passos, além de proibir condutas que iam desde urinar em público até soltar pipas tinha adotado como lema “O Rio civiliza-se”.

Após quatro dias de manifestações violentíssimas, houve a suspensão da lei de obrigatoriedade da vacinação por parte do governo afim de apartar a revolução que deixou a cidade irreconhecível devido aos conflitos. Casas ficaram em ruínas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas e pelo menos 20 bondes foram destruídos ao todo. Um número incalculado de mortos e feridos, perdas e danos materiais inestimáveis, uma atmosfera geral de terror que se faria sentir até dois anos mais tarde (SEVCENKO, 2018, p. 52). Os benefícios das reformas só seriam reconhecidos décadas mais tarde.

A Revolta da Vacina de 1904 e a atual hesitação vacinal compartilham raízes comuns, como a grande desconfiança nas autoridades, desinformação e a percepção de violação de liberdades individuais. A história nos mostra que a resistência à vacinação não é um fenômeno novo, e que a propagação de desinformação é um grande obstáculo para a saúde pública.

#### **4.3. Brasil: referência mundial na vacinação**

Para o autor Hochman (2011), a cultura da imunização no Brasil contemporâneo contrasta com a resistência à vacinação, que teve seu ponto mais notável na Revolta da Vacina de 1904, no Rio de Janeiro, e em episódios isolados de rejeição às vacinas subsequentes. "Em 1973 foi formulado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), por determinação do Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam, até então, pela descontinuidade, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura" (MS, 2024). O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é apontado como uma iniciativa de grande impacto na redução da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida da população, consolidando o Brasil como referência mundial em imunização (VALVERDE, 2023).

Os planos de vacinação ou programas de imunização são ações governamentais destinadas a organizar e estabelecer um esquema vacinal a ser disponibilizado para a população, observando as peculiaridades regionais e as metas e orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), constantemente elogiado por dirigentes das Nações Unidas, foi laureado em 1991 com o Prêmio Criança e Paz do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pelos esforços em prol da vacinação infantil. Firmou importantes parcerias, contribuindo com a organização de campanhas no Timor Leste, a implementação de planos de vacinação na Palestina, Cisjordânia e Faixa de Gaza, além de cooperação técnica com Estados Unidos, México, Guiana Francesa, Argentina e outros países. Além disso, é graças ao PNI que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) situa o Brasil como um dos poucos países do mundo que oferecem um extenso rol de vacinas gratuitas à sua população (BUTANTAN, 2023).

#### **4.4. Movimentos antivacinas no Brasil e no mundo**

Nos últimos anos do século XX e no início do século XXI, observou-se um ressurgimento dos movimentos antivacinas<sup>1</sup>, após uma série de campanhas bem-sucedidas e da diminuição dos casos de doenças que são preveníveis. O aumento no número de seguidores do movimento tem como argumento a redução na ocorrência dessas doenças e a falta de importância da continuidade da vacinação. Informações errôneas divulgam que o caminho para a prevenção seria por meio das imunidades naturais como, por exemplo, o aleitamento materno, e não por meio da profilaxia artificial de imunidade (vacina) (NOGUEIRA, 2021).

Para Succi (2018), os movimentos antivacinas surgiram após a introdução da vacina contra a varíola no final do século XVIII. O autor afirma que o fenômeno tem preocupado autoridades e especialistas em saúde pública no mundo todo. Determinada parte da população mundial nega a sua confiabilidade nas vacinas

---

<sup>1</sup> Os movimentos antivacinas trata-se de um conjunto de indivíduos, organizados ou não, que se opõem às vacinas e aos programas e campanhas de vacinação pública.

reafirmando discursos a respeito da vacinação como algo destrutivo para a saúde das pessoas (SUCCI, 2018).

De acordo com MacDonald (2015), a hesitação vacinal é influenciada por uma série de fatores, incluindo aspectos históricos, políticos, culturais, sociais, econômicos, religiosos e de gênero, que variam ao longo do tempo e dependem da localização geográfica, do tipo de vacina, da cobertura midiática, das influências de líderes ou grupos, do impacto das novas tecnologias e da percepção pública sobre os ganhos financeiros das indústrias farmacêuticas.

#### **4.5. Comunicação Pública e Jornalismo Cívico**

Para Kegler (2008, p.59), “o termo comunicação pública é novo e está em construção por meio de um processo de negociações que contempla a participação reflexiva das áreas científica, institucional e de classes profissionais”. Os processos comunicacionais de fatos estiveram sempre atrelados à esfera pública. Já Brandão (2007, p. 3) vai além e entende que o papel da comunicação em integrar a ciência à vida cotidiana das pessoas pode facilitar o entendimento das notícias que circulam, bem como a visibilidade científica dada a assuntos importantes pode ser a resposta no combate às informações falsas disseminadas.

A autora raciocina sobre este tipo de “comunicação científica”, que englobaria uma variada gama de atividades e estudos, cujo objetivo maior é criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas, ou seja, despertar o interesse da opinião pública em geral pelos temas, buscando encontrar respostas para a sua curiosidade em compreender a natureza, a sociedade, seu semelhante. Elizabeth Brandão (2007) parte da ideia de que a prática da comunicação deve formar a consciência de que as responsabilidades públicas não são exclusivas dos governos, mas de toda a sociedade. Nessa perspectiva, os indivíduos podem (e devem) ser protagonistas das suas próprias ações de comunicação, em parceria com os órgãos públicos e terceiros, e o conhecimentos devem ser difundido em uma linguagem acessível.

A comunicação e o termo informação são carregados de significados semânticos, e são ressignificados de acordo com o contexto ou com o que atores lhe atribuem. A

comunicação pode ser vista como “um processo humano de obter conhecimento a partir de algum tipo de interpretação”, conforme Duarte (2009, p. 62). O autor explicita que a comunicação não pode reduzir-se a informação, por tratar-se de um processo circular, de influência e de permanente troca de informações. A troca de informações é parte dos processos comunicacionais, e a informação é uma parte do conhecimento trocado cotidianamente.

Duarte (2011, p. 129) afirma que a informação é fundamental para a ação, mas não deve ser tratada como comunicação, já que apenas fornece informações, não garante uma comunicação eficaz. Para o autor, informar é apenas o começo do processo de comunicação, que envolve acesso, participação, cidadania ativa e principalmente o diálogo. No entanto, se a informação for transmitida de maneira inadequada, sem um contexto apropriado, “pode ser inútil, insuficiente, inacessível, manipulada, mal compreendida ou não disponível no momento adequado”. Entretanto, em um contexto midiático no qual o usuário está tomado de informações, compreender a relevância e veracidade delas tem sido um grande desafio.

Um dos diferenciais impostos pelo PNI foi a consolidação de uma gestão única, coordenada pelo Ministério da Saúde. A partir desse momento o Brasil passou a adotar uma política de vacinação universal e equitativa, com um calendário unificado, garantindo o acesso e a disponibilidade de imunizantes em todas as cinco regiões do país – independentemente de quão longínquo ou populoso fosse um município (BUTANTAN, 2023).

Para reforçar a cultura de que as pessoas deveriam ir regularmente ao posto de saúde, foi realizado um árduo trabalho de comunicação. De acordo com a ex-coordenadora do PNI, Carla Domingues, a capacidade de informar a população sobre o papel das vacinas para o controle e erradicação de doenças imunopreveníveis foi um dos principais trunfos do programa. “Mais do que levar vacina, o PNI levou conhecimento para as pessoas”, diz (BUTANTAN, 2023).

#### **4.6. A era da desinformação**

Segundo Bucci (2019), durante a Segunda Guerra, dois cientistas redefiniram o que se entendia por informação. O britânico Alan Turing montou uma máquina de fazer cálculos complexos e, com ela, decifrou a criptografia da comunicação entre os nazistas. Já o norte-americano Claude Shannon enxergou a informação na forma de um evento matemático. A obra de Shannon é seminal: é dele o mérito pelo surgimento de uma teoria matemática não apenas da informação, mas da comunicação. Shannon não estava interessado no conteúdo dessa comunicação ou dessa informação. Para ele a semântica não interessava, não importava se uma informação significava A ou B. Seu desafio era equacionar a troca de informação eficaz (ou efetiva) entre sistemas distintos - podendo esses sistemas serem humanos ou não; seus estudos - ao lado dos de Turing - abriram o horizonte para a era do computador e para a era da "Sociedade da Informação".

O inglês Gregory Bateson, também antropólogo e epistemólogo da comunicação, passou a dizer que informação é uma “diferença que faz diferença” (Bucci, 2019).

Segundo Lucia Santaella, as aceleradas transformações que essas tecnologias da linguagem, da comunicação e da inteligência, ou seja, tecnologias verdadeiramente cognitivas estão trazendo para as relações sociais, intersubjetivas e para a cultura em geral nos obrigam hoje a conceber a mudança não como contingente ou excepcional, mas como imanente à cultura (SANTAELLA apud FERRARI, 2018, p. 88). A tecnologia de linguagem vem se adaptando, e a comunicação e inteligência estão transformando as relações sociais e a forma de pensamento das novas gerações. A mudança deixa de ser ocasional e torna-se integrante da cultura de desenvolvimento.

De acordo com Ferrari (2021, p. 55), a velocidade do consumo de dados na era digital cria um paradoxo: de um lado, o progresso tecnológico facilita o acesso e a disseminação de informações; de outro, a pressa e a superficialidade com que consumimos conteúdo abrem as portas para a desinformação. A autora Ferrari (2021) destaca que, à medida que a ciência e as técnicas avançam e possibilitam maior precisão e memória digital, a facilidade de compartilhar conteúdos nas redes sociais, muitas vezes sem checar a veracidade, contribui para o aumento de notícias falsas e enganosas.

Segundo Ireton e Posetti (2019), com o acesso à informação de alta velocidade disponível em plataformas de mídia social e na internet, qualquer pessoa pode se tornar um editor. Dessa forma, os indivíduos travam uma batalha para identificar e discernir o que é verdadeiro e o que é falso. As teorias da conspiração e o populismo surgem; as verdades e instituições anteriormente aceitas mostram-se questionadas pela população. Neste contexto, as redações jornalísticas lutam para reivindicar e desempenhar seu papel histórico de guardiões do portão das notícias (Gatekeepers), cujo produto contribui e ajuda a estabelecer a verdade.

Para os jornalistas, que há muito tempo se consideram protagonistas no apoio de sociedades democráticas e abertas, a desinformação e a informação incorreta desafiam mais do que à sua reputação. [...] A “desordem da informação”, ou seja, a explosão de informações inverídicas questiona o propósito e a eficácia do trabalho jornalístico (Ireton e Posetti, 2019). Os profissionais da área, jornalistas, precisam estar habilitados e de acordo com o alto padrão de exigências técnicas e éticas da redação para combater a desinformação. As autoras reforçam que o jornalismo não é isento de ideologias ou preconceitos, mas a ética editorial e a autorreflexão podem ajudar na transparência da informação que é, neste contexto, a peça-chave para fortalecer a confiança do público, garantindo que a cobertura seja guiada por padrões de verificabilidade e interesse público.

O pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Edgard Rebouças, comenta que as redes sociais digitais são largamente usadas, deram acesso a muitas pessoas para consumir e gerar informações antes limitadas a grandes empresas, mas são pouquíssimos confiáveis. “Elas são um ótimo meio para conversas rápidas, saber o que está acontecendo na cidade ou bisbilhotar a vida dos outros. No entanto, não podem substituir a informação trabalhada com responsabilidade, que segue os princípios da apuração, da reflexão e da síntese” (REBOUÇAS apud FERRARI, 2018, p. 115).

As mídias sociais são instrumentos poderosos, porém exigem uso consciente e crítico. Combater a desinformação requer um esforço conjunto de plataformas,

usuários e da sociedade civil, com foco na educação midiática, estímulo ao pensamento crítico e apoio a iniciativas de verificação de fatos.

#### **4.7. Vacinação e Desinformação**

A imunização como direito foi consagrada pela redemocratização do país a partir de 1985, mas não é um resultado desse contexto específico. A imunização como cultura também transborda os limites explicativos de contextos históricos singulares ou causalidades únicas. “É produto de uma longa trajetória histórica das políticas de saúde associadas ao processo de construção de Estado no Brasil” (HOCHMAN, 2011, p. 377). Pinto (2018) afirma que deve ficar claro que as vacinas previnem doenças potencialmente fatais, têm elevada segurança, e essa segurança é constantemente avaliada e reavaliada por sistemas operacionais independentes das farmacêuticas que concebem os imunizantes.

De acordo com Sato (2018), a cobertura vacinal no Brasil, que ultrapassava 95% desde 1990, começou a diminuir a partir de 2016, o que resultou em consequências graves para a saúde pública, como o aumento da mortalidade infantil e surtos de sarampo. Ainda de acordo com o autor, movimentos antivacinas estão aumentando, e são impulsionados pela proliferação de informações errôneas, especialmente online. A hesitação em relação à vacinação tem se tornado uma preocupação crescente não apenas em países da Europa e América do Norte, como também no Brasil, onde há uma carência de estudos aprofundados sobre esse fenômeno.

No final do século XX, o médico britânico Andrew Wakefield publicou um artigo, na revista *The Lancet*, que associava a vacina tríplice viral MMR ao desenvolvimento de autismo em crianças. O artigo foi exposto e desmentido alguns anos depois por Brian Deer que apontou o interesse do médico ser meramente financeiro. Wakefield havia, em 1995, três anos antes de publicar o texto, patenteado uma nova vacina em substituição à MMR, que geraria lucro (DEER, 2011). No entanto, o estrago havia sido feito; muitas crianças deixaram de receber a vacina, em especial na Europa, por causa da boataria. A ação, que poderia ser chamada de criminosa, contribuiu para a ocorrência de surtos de sarampo, com internações e mortes (HENRIQUES, 2018).

Conforme Henriques (2018), a vulnerabilidade da saúde pública pode ser influenciada por fatores como a disseminação de informações falsas, fabricadas intencionalmente para gerar alarmes, pela falta de comunicação crítica e acessível durante crises de saúde, que dificulta a adoção de medidas preventivas baseadas em evidências científicas, e pela falta de conscientização de que o direito à saúde é resultado de lutas sociais.

Uma comunidade que se preocupa com a efetivação do direito à saúde é uma comunidade que zela pelo bem-estar de seus cidadãos, respeitando, portanto, os direitos humanos. E encarar o direito à saúde como bem comum reforça a possibilidade da efetivação desse direito (MARTINI, 2016 apud SANCHES; CAVALCANTI, 2018). Já Moorhead et al. destacam a importância de utilizar as redes sociais como veículo de informação:

Nos últimos anos, a internet ganhou proeminência como esfera de mediação da vida social. Redes sociais e aplicativos de mensagens, como Facebook, Twitter e WhatsApp, têm reconfigurado os modos de sociabilidade e o consumo de informação, constituindo-se como espaços privilegiados de (re)circulação e apropriação de conteúdos sobre ciência e tecnologia (C&T) e saúde. Assim, ao mesmo tempo em que se tornam um importante meio para a popularização da ciência, facilitando a intercomunicação entre pacientes, médicos e pesquisadores, e potencializando o alcance de campanhas de promoção da saúde, as redes sociais também abrem uma oportunidade significativa para a disseminação de informações falsas e distorcidas (MASSARANI, Luisa et al., 2013, apud MOORHEAD et al., 2013, p. 2).

“A saúde é um bom meio de cultura para boatos e rápida circulação de notícias. Isso acontece porque a maior parte da população tem pouco conhecimento sobre a área e pela ansiedade que causam as notícias sobre doenças e epidemias. O alastramento é ainda mais rápido quando o assunto à doença é grave e ameaçadora” (HENRIQUES, 2018).

O Ministério da Saúde aposta em outras cinco razões para o decréscimo na cultura vacinal: a) a percepção enganosa dos pais de que não é preciso mais vacinar porque



as doenças desapareceram; b) o desconhecimento de quais são os imunizantes que integram o calendário nacional de vacinação, todos de aplicação obrigatória; c) o medo de que as vacinas causem reações prejudiciais ao organismo; d) o receio de que o número elevado de imunizantes sobrecarregue o sistema imunológico; e) a falta de tempo das pessoas para ir aos postos de saúde, que funcionam das 8h às 17h só nos dias úteis (FAPESP, 2018).

No artigo “A dupla epidemia: febre amarela e desinformação”, Henriques (2018) observou que diferentes tipos de interesse podem levar à difusão de mentiras no campo da saúde pública, motivos esses políticos, financeiros, religiosos e filosóficos dentre outros. Destacou a importância de a informação correta chegar às pessoas de forma segura e confiável para concluir que as instituições de saúde, ensino e pesquisa devem investir em interfaces de comunicação a fim de serem reconhecidas como fontes de informação verossímil para profissionais e para a população.

Para Zorzeto (2018, P. 9) um dos motivos das quedas na vacinação pode vir da influência de informações falsas que circulam nas redes sociais:

Não se descartam como causas da queda na vacinação a influência de notícias falsas que circulam nas redes sociais e uma incipiente ação de grupos contrários à imunização. Reportagem de maio de 2017 do jornal O Estado de S. Paulo identificou no Facebook cinco grupos brasileiros antivacina com cerca de 13 mil integrantes (ZORZETTO, 2018, p. 9).

Para Sacramento (2018) a baixa adesão à vacina de febre amarela tem um dos seus principais veículos causadores o WhatsApp. A rede é um espaço de circulação e compartilhamento de informações que se dá sobretudo em grupos, ou seja, num circuito fechado de confiança e segurança (família, amigos, colégio, faculdade, trabalho). De acordo com o autor, as pessoas confiam mais em plataformas sociais do que nas instituições de saúde que visam manter a veracidade. “Este é um enorme desafio para a saúde, que deveria abandonar o paradigma acusatório da “falta” – é falta de informação, de conhecimento, de letramento midiático – e partir para a compreensão dos porquês, para a escuta, para o corpo a corpo. Por que as pessoas não estão se vacinando? O fato de elas confiarem mais no que leem na internet e,

geralmente, confiarem em quem compartilhou a informação, com certeza, é parte dessa resposta” (SACRAMENTO, 2018).

Em sua pesquisa, Pinto (2018) observa que, por um lado, grupos antivacinação da internet apelam para o lado emocional das pessoas, especialmente dos pais, expondo mais riscos do que benefícios, já que muitos dos riscos de que falam são falsos, induzindo os pais a optar de forma enviesada a não vacinar os filhos. Por outro lado, as práticas de saúde alternativas têm ganhado força, o que contribui mais ainda para o aumento das taxas de não-imunização.

#### 4.8. O papel das agências de *Fact-checking*

O manual da Unesco “Jornalismo, fake news & desinformação” define as categorias desses três elementos do espectro midiático contemporâneo. Editado por Ireton e Posetti (2019, p. 47-48), o manual rechaça o uso da expressão *fake news* “porque o termo se tornou tão problemático que devemos evitá-lo” e, além do mais, seria “inadequado para explicar a escala de poluição da informação”. As autoras lembram que “o jornalismo autêntico” trabalha com informação verificável, de interesse público, enquanto a expressão *fake news* – em tradução direta, notícia falsa – seria uma combinação de informação incorreta com desinformação.

As autoras estabelecem categorias: informação incorreta (*misinformation*) é a informação que uma pessoa divulga acreditando ser verdadeira; desinformação (*disinformation*) é a informação divulgada por um autor que sabe de sua falsidade, uma “mentira intencional e deliberada”, que resulta em “usuários desinformados por pessoas maliciosas”. Já a má-informação (*mal-information*) é uma informação baseada na realidade, porém usada intencionalmente para prejudicar pessoas ou organizações (IRETON; POSETTI, 2019, p. 47-48; MENDONÇA, 2018, p. 225).

Segundo a UNESCO (2020, p. 88), o termo “checagem de fatos” pode significar duas coisas diferentes no jornalismo. Tradicionalmente, os verificadores de fatos eram empregados pelas redações para revisar e investigar as alegações factuais feitas pelos repórteres em seus artigos. Esse gênero de checagem de fatos avalia a solidez

das informações utilizadas, verifica fatos e números e serve como uma sequência geral de controle de qualidade para o conteúdo de uma notícia antes da publicação.

Já as agências de *fact-checking* surgem com o objetivo de desenvolver o trabalho de checagem dos fatos que tomam grande proporção e causam impactos na sociedade. A checagem de fatos é uma característica que sempre existiu dentro da função dos jornalistas, claro. Afinal, antes de publicar uma notícia é preciso buscar fontes, entrevistar pessoas e pesquisar a fundo. Mas foi a partir do ano de 2000 que as agências começaram a ser notadas (MONNERAT, 2017; DEODATO, 2022). De acordo com Silva et al. (2019, p. 415), a checagem de fatos é uma técnica jornalística, vinculada ao campo do jornalismo investigativo.

As agências especializadas nessa técnica não visam investigar dados e informações para produzir notícias em primeira mão, mas sim, investigar dados e informações já noticiados, seja por agentes, assessorias, seja pela própria imprensa, para produzir outras notícias e validá-las ou não. Gehlen (2018) explica que o *fact-checking*, nos últimos anos, passou a designar profissionais e/ou agências para confirmar informações, detectar erros e mentiras nas veiculações da imprensa e nos discursos de personalidades públicas, principalmente os políticos.

De acordo com Jorge (2024), a categoria do jornalismo profissional no Brasil e no mundo reivindica o lugar de produção de um serviço que tenta se aproximar da verdade para comunicá-la ao público. A quantidade de informação das últimas décadas e a convergência multimidiática contemporânea têm promovido profundas modificações nas estruturas das redações jornalísticas, bem como nas rotinas produtivas do jornalismo, provocando o que a OMS vem chamando de infodemia, ou epidemia de informação. Em 2002, na obra *Jornalismo em 'tempo real': o fetiche da velocidade*, Moretzsohn já alertava que a pressão para produzir textos instantâneos, sem o devido tempo para análise, levava os jornalistas, que atuavam em plataformas digitais, a dividir uma mesma informação em vários pequenos textos e a se submeter a atitudes como: “divulgar antes e checar depois” (FIDALGO, 2008; apud GEHLEN, 2018, p. 45).

Em oposição, num movimento que tenta reverter este cenário, projetos de checagem de fatos têm crescido em vários países, apresentando o trabalho jornalístico de apuração e verificação como um possível antídoto à desinformação. Pode-se considerar que a confirmação dos fatos é um dos fatores-chave para o jornalismo, sobretudo no jornalismo de investigação (OLIVEIRA, 2023, p. 26).

No Brasil, a primeira experiência com a checagem de fatos foi em 2010, durante as campanhas eleitorais de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Em um projeto do jornal *Folha de S. Paulo* chamado *Mentirômetro* e *Processômetro*, que verificava o grau de veracidade de declarações dos políticos (MEIRELES, 2018). O pioneirismo da criação das agências se deu por volta do ano de 2015. A Lupa, fundada em 2015, foi a primeira agência especializada em checagem de notícias do Brasil (PUC-SP, 2024). Segundo Meireles (2018) o site Aos Fatos foi criado no mesmo ano é a primeira plataforma no Brasil que se dedica exclusivamente à checagem de fatos, atuando fortemente até hoje em questões de interesse público. Com o tempo, as agências, plataformas e sites de *fact-checking* tornaram-se ferramentas fundamentais nos processos de apuração e combate a notícias falsas no Brasil e no mundo. Na Europa, o *fact-checking* é subvencionado pelos governos.

Meireles (2018) destaca que a notícia falsa sempre existiu, sendo uma fonte de lucro para sites que se dedicam exclusivamente a publicar manchetes falsas, exageradas ou incorretas, atraindo o clique dos leitores. A reportagem '*Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil*' (Victor, 2017), publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sugere que muitos desses sites lucram com a venda de anúncios. A receita com publicidade de um site aumenta proporcionalmente ao número de visitantes.

Em artigo publicado pela pesquisadora norte-americana, Judith Donath (1998), do Centro Berkman Klein para Internet & Sociedade da Universidade Harvard, na era das redes sociais, não se compartilha e se curte notícias apenas para informar ou persuadir, mas "como um marcador de identidade, uma forma de proclamar sua afinidade com uma comunidade particular". Meireles (2018) afirma que as pessoas acreditam naquilo ou desejam muito que aquele fato seja verdadeiro – mais vale a crença pessoal do que o fato.

## 5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é híbrida, combinando a aplicação de questionários com a análise de conteúdo. O questionário foi aplicado para coletar dados diretamente da população sobre suas percepções em relação à vacinação e à desinformação. A amostra da pesquisa foi composta por 75 participantes, sendo 72 residentes de Brasília e 3 de outras localidades (duas pessoas de São Paulo - SP e uma de Santa Maria - RS). A população é majoritariamente composta por mulheres com nível superior. Embora a limitação geográfica reduza a representatividade da amostra, os dados coletados ainda são relevantes para a pesquisa, pois fornecem informações importantes sobre as percepções e os desafios relacionados à vacinação e à desinformação no grupo estudado, porém a generalização dos resultados deve ser restrita.

Além disso, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016) para examinar duas reportagens selecionadas da Agência Lupa, a fim de compreender como as informações falsas impactam a confiança pública. A combinação dessas duas abordagens permitiu uma análise mais abrangente e detalhada, relacionando dados empíricos com o conteúdo informativo e verificando as estratégias de combate à desinformação.

De acordo com Parasuraman (1991, apud CHAGAS, 2012), um questionário é um conjunto de questões elaboradas para gerar os dados necessários ao alcance dos objetivos de um projeto. O questionário é relevante na pesquisa científica, sobretudo nas ciências sociais, na forma de coleta de dados. A pesquisa de opinião tem se mostrado instrumento tão valioso para a sociedade contemporânea que muitas vezes deixa de ser compreendida como técnica de medição da opinião pública para se tornar a própria expressão desta. Sua aplicação extrapolou os limites do campo político, no qual despontou com maior intensidade, e hoje tornou-se reconhecida como método de investigação científica para a maioria dos campos de conhecimento, inclusive para comunicação social (NOVELLI, 2005, p. 164).

A partir da definição de um *corpus*, o planejamento assegura a consistência do projeto, o que evita incoerências e mantém a integridade do objeto de estudo. A partir da definição do problema e escopo da pesquisa, a elaboração de um questionário é um dos caminhos possíveis. O questionário pode ser composto por questões fechadas e questões abertas; as últimas permitem que o entrevistado possa expressar sua opinião de forma mais profunda sobre o assunto abordado. Entretanto, a sua eficácia está diretamente ligada à forma de se expressar do respondente e à sua capacidade comunicativa. As perguntas fechadas possibilitam a pré-codificação, o que permite a digitação das respostas na base de dados.

A fim de obter resultados precisos para fins de pesquisa e entendimento geral do sentimento sobre a vacinação, foi elaborado um questionário sobre a percepção pública em relação à vacinação. O questionário foi formalizado em formato on-line e composto por 15 questões, sendo 14 fechadas e uma aberta. As questões fechadas abordaram a percepção dos participantes sobre a importância da vacinação, utilizando como parâmetro a escala Likert de cinco pontos, frequentemente usada em pesquisas de opinião. A única questão aberta permitiu que os participantes expressassem suas opiniões de forma mais livre.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 11 e 29 de julho de 2024, por meio da plataforma Google Forms, com o link do questionário sendo distribuído em grupos aleatórios de WhatsApp. Os grupos selecionados incluíam principalmente familiares, amigos, e contatos acadêmicos, como grupos de pós-graduação e mestrado, assegurando um perfil variado, embora não representativo de acordo com o cenário possível feito pela pesquisa. A amostra da pesquisa foi composta por 75 pessoas, sendo 72 residentes de Brasília e 3 de outras localidades (duas de São Paulo - SP e uma de Santa Maria - RS), sendo a maioria dos participantes, mulheres com grau de formação elevado.

A análise dos dados foi planejada em duas etapas: uma análise quantitativa, utilizando o software Excel para calcular estatísticas descritivas, e uma análise qualitativa, examinando as respostas abertas para identificar temas e padrões nas opiniões expressas. Essa abordagem visa captar tanto a opinião geral, através das

perguntas fechadas, quanto as questões mais subjetivas, através das respostas abertas.

Um dos objetivos principais da pesquisa foi verificar a maneira como as pessoas percebem as notícias falsas, identificar os sentimentos em relação às vacinas e debater o papel das agências de *fact-checking* na promoção de confiança pública. Para isso, formulamos as seguintes perguntas:

**Tabela 1 – Percepção Geral sobre Vacinação**

Número da Pergunta	Pergunta
1	Em geral, você se considera a favor ou contra a vacinação?
2	Você já se vacinou contra a gripe ou outras doenças?

**Tabela 2 – Confiança e Fontes de Informação sobre Vacinas**

Número da Pergunta	Pergunta
3	Você confia nas informações sobre vacinas que recebe do governo e das autoridades de saúde?
5	De onde você costuma obter suas informações sobre vacinas?

**Tabela 3 – Desinformação sobre Vacinas**

Número da Pergunta	Pergunta
4	Você confia nas informações sobre vacinas que recebe do governo e das autoridades de saúde?
6	De onde você costuma obter suas informações sobre vacinas?
11	Você tem alguma sugestão para melhorar a comunicação sobre vacinas e combater a desinformação nas redes sociais?

**Tabela 4 – Conhecimento sobre Agências de Verificação de Informações**

Número da Pergunta	Pergunta
7	Você já ouviu falar de agências de verificação de informações (fact-checking)?
8	Você já consultou alguma agência de verificação de informações (fact-checking) para verificar a veracidade de uma informação?
9	Você conhece alguma agência brasileira especializada na verificação de informações (fact-checking)?
10	Se você conhece agências brasileiras especializadas em verificação de informações (fact-checking), quais você já conhece ou já acessou?

**Tabela 5 – Dados Demográficos**

Número da Pergunta	Pergunta
12	Idade
13	Nível de Escolaridade
14	Gênero
15	Cidade/Estado

As perguntas foram elaboradas para ter uma compreensão das percepções, experiências e comportamentos dos respondentes em relação à vacinação. Além disso, buscou-se avaliar o impacto da desinformação a respeito das vacinas nas redes sociais e o trabalho das agências de *fact-checking*.

Para a realização deste estudo, foram selecionadas duas verificações de informações feitas pela Agência Lupa, uma de 2018 e outra de 2021. A escolha dessas verificações foi feita de forma a representar diferentes momentos no debate público sobre a vacinação, bem como para abordar a questão da desinformação. A primeira verificação, publicada em 2018, aborda um assunto especulativo, o "surto mortal causado pela vacina da gripe nos EUA", enquanto a segunda, de 2021, desmente a afirmação de que "30% das pessoas vacinadas contra a Covid-19 morrerão em três meses.



Essas análises foram escolhidas por sua relevância em momentos críticos de debate sobre vacinas e por suas implicações na confiança pública nas campanhas de vacinação. Ambas representam exemplos de desinformação difundida em larga escala nas redes sociais, impactando diretamente a percepção pública sobre a segurança e a eficácia das vacinas. Assim, a escolha permite uma comparação entre diferentes contextos e tipos de desinformação, além de evidenciar o papel das agências de checagem na promoção da confiança e da adesão às vacinas.

Ao fim da coleta de dados e da codificação das informações, o produto desta pesquisa será a compreensão de da percepção das pessoas em relação à vacinação e como a desinformação afeta o entendimento delas dos esforços governamentais em direção à ampla aceitação do programa de imunização.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1. Análise do formulário sobre a percepção pública da vacinação**

O presente estudo teve como objetivo compreender a percepção da população quanto à vacinação. Como ferramenta inicial, foi realizado um levantamento de dados por meio de um questionário on-line constituído por 15 questões, e distribuído via Google Forms entre os dias 11 e 29 de julho de 2024. O questionário contém 14 perguntas de múltipla escolha, sendo que quatro delas utilizam a escala Likert de cinco pontos e uma questão aberta para permitir opiniões mais elaboradas. Além disso, utilizamos perguntas a fim de obter informações claras e concisas sobre o sentimento das pessoas com relação às vacinas. Ao oferecer apenas três opções de resposta (*sim*, *não* e *não sei*), simplificamos a coleta de dados, facilitando a comparação entre os diferentes participantes. Reconhecemos que as perguntas que incluíam a opção "*não sei*" não são ideais para pesquisas dessa natureza, pois podem limitar a análise mais aprofundada dos dados. No entanto, devido à limitação de conhecimento metodológico na época da elaboração do questionário, essas perguntas foram incluídas. Apesar disso, acreditamos que essa escolha não comprometeu a qualidade dos resultados obtidos, pois ainda permitiu captar percepções relevantes dos participantes.

Essa abordagem facilitou a identificação de associações entre as variáveis e dos fatores que influenciam a opinião dos indivíduos quanto à vacinação. Obtivemos 75 respostas, coletadas por meio de um link compartilhado via WhatsApp. O corpus empírico foi composto por participantes que responderam ao questionário, incluindo 72 residentes de Brasília, duas pessoas de São Paulo e uma de Santa Maria, RS. A maioria dos respondentes eram mulheres com alto nível de escolaridade, refletindo um perfil específico, o que deve ser levado em consideração ao interpretar os resultados. Essa coleta de dados forneceu uma estimativa das opiniões dos respondentes. As perguntas foram as seguintes:

Q 1 - Em geral, você se considera a favor ou contra a vacinação?

Q 2 - Você já se vacinou contra a gripe ou outras doenças?

Q 3 - Você confia nas informações sobre vacinas que recebe do governo e das autoridades de saúde?

Q 4 - Você já se deparou com informações falsas ou enganosas sobre vacinas nas redes sociais?

Q 5 - De onde você costuma obter suas informações sobre vacinas?

Q 6 - Em sua opinião, qual o principal impacto da desinformação sobre vacinas nas redes sociais?

Q 7 - Você já ouviu falar de agências de verificação de informações (*fact-checking*)?

Q 8 - Você já consultou alguma agência de verificação de informações (*fact-checking*) para verificar a veracidade de uma informação?

Q 9 - Você conhece alguma agência brasileira especializada na verificação de informações (*fact-checking*)?

Q 10 - Se você conhece agências brasileiras especializadas em verificação de informações (*fact-checking*), quais você já conhece ou já acessou?

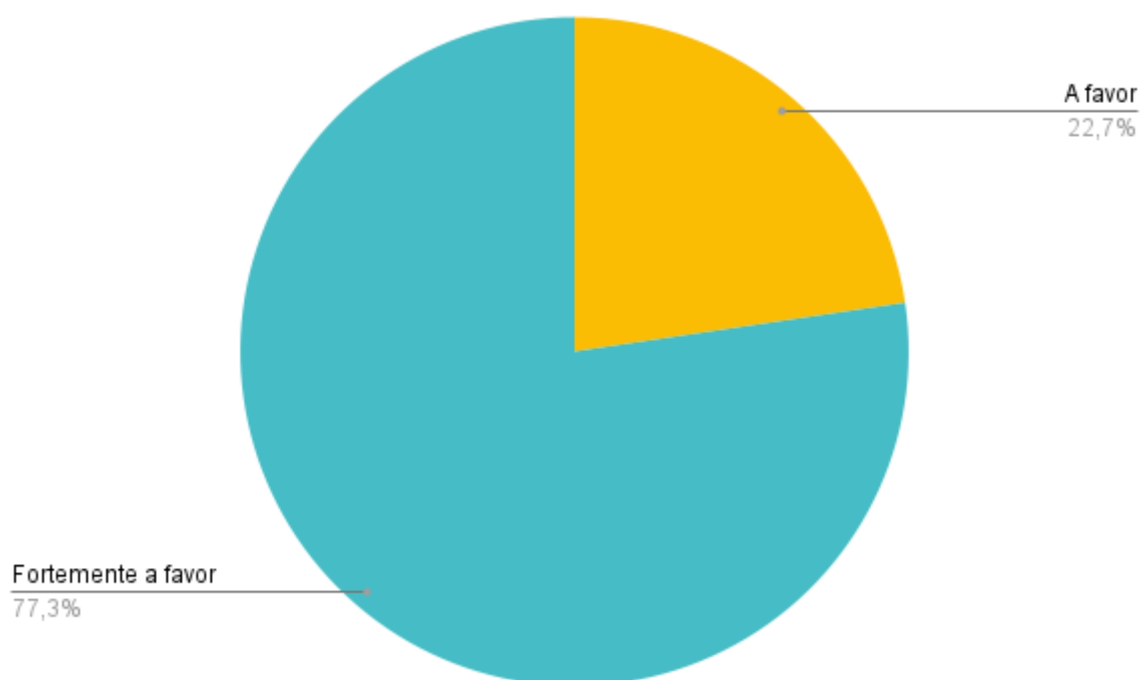
Q 11 - Você tem alguma sugestão para melhorar a comunicação sobre vacinas e combater a desinformação nas redes sociais?

As questões 12, 13, 14 e 15 focaram em dados sobre os respondentes, incluindo idade, nível de escolaridade, gênero e estado. Os resultados revelaram que a maioria dos participantes era do gênero feminino (77,3%), evidenciando uma predominância de mulheres na pesquisa. Além disso, 56,8% dos entrevistados estavam na faixa etária de 18 a 25 anos. Em termos de escolaridade, aproximadamente 28% possuíam pós-graduação, enquanto 41% tinham ensino superior incompleto.

Veremos a seguir os resultados de cada questão:

Q 1 – Em relação às pessoas que se consideram a favor ou contra a vacinação, observamos no **Gráfico 1** que a maioria dos respondentes (77,3%) expressou um apoio forte à vacinação. Nesse sentido, a distribuição das respostas é bastante polarizada, com uma minoria (22,7%) se posicionando neutralmente esse procedimento.

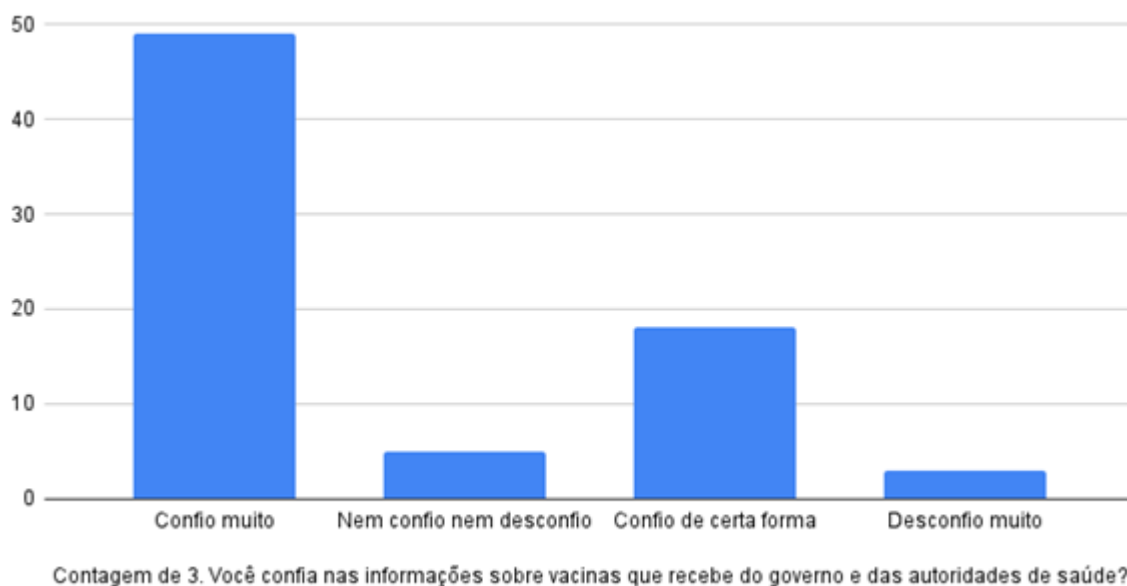
### **Gráfico 1 – Sentimento sobre Vacinas**



Fonte: Autora

Q 2 – As respostas da pergunta indicam uma alta adesão à vacinação entre os participantes da pesquisa. A maioria (73,3%) relatou ter tomado todas as vacinas recomendadas. Apesar da alta taxa de vacinação, uma parcela significativa (26,7%) não completou o esquema vacinal recomendado, o que indica uma variação nas práticas de vacinação entre o grupo.

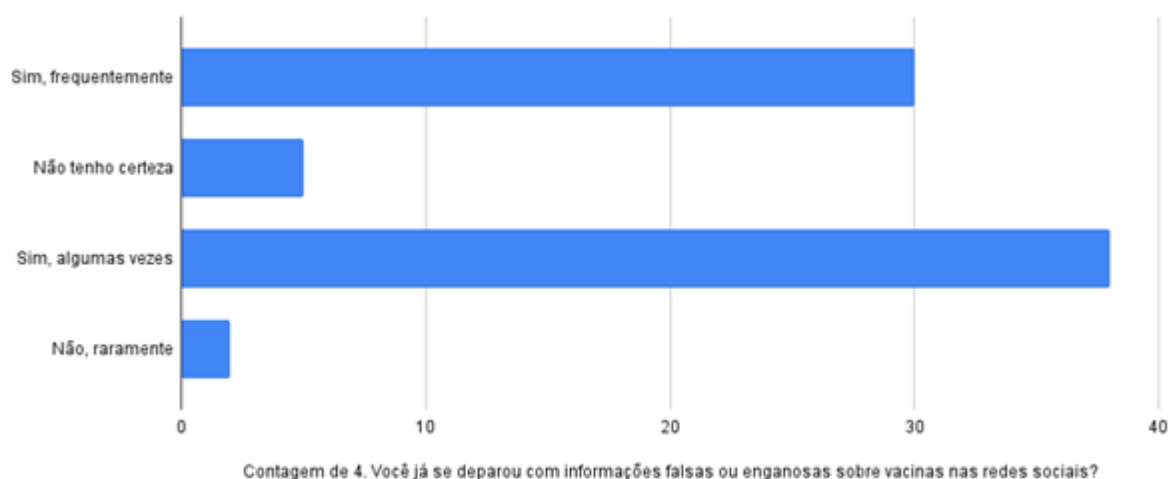
Q 3 – Essa pergunta abrange a confiança das pessoas nas informações recebidas pelo governo e autoridades de saúde. No **Gráfico 2**, as respostas foram diversas, e boa parte dos respondentes (65,3%) expressou um alto nível de confiança nas informações sobre vacinas provenientes do governo e das autoridades de saúde, classificando sua confiança como "muito". Outra parte do grupo (24%) demonstrou uma confiança moderada com relação às autoridades e classifica como "confio de certa forma". Apenas uma parcela dos participantes (9,6%) expressou um nível de desconfiança, são eles "desconfio de certa forma" (1,3%), "nem confio nem desconfio" (5,3%) ou "muito" (4%).

**Gráfico 2 - Confiança em Autoridades de Saúde**

Fonte: Autora

Q 4 – O **Gráfico 3** mostra que uma parcela grande dos respondentes (90,7%) já relatou ter se deparado com informações falsas ou enganosas nas redes sociais. Pelo menos 50,7% afirmam ter sido expostos de forma frequente a essas notícias, e 40%, algumas vezes. A categoria “não tenho certeza” demonstra que uma menor parcela dos indivíduos tem dificuldade em identificar se as informações que encontram são verdadeiras ou falsas. Isso pode refletir a eficácia das técnicas empregadas por quem dissemina desinformação. As categorias “não, raramente” e “nunca” obtiveram respostas inferiores, o que manteve a prevalência da desinformação nas redes sociais sobre vacinas. Uma exposição frequente à desinformação pode influenciar negativamente na decisão das pessoas de se vacinarem devido às dúvidas e incertezas geradas a respeito da segurança das vacinas e sua eficácia.

**Gráfico 3 - Informações Falsas nas Redes Sociais**



Fonte: Autora

Q 5 – A pergunta “De onde você costuma obter suas informações sobre vacinas?” teve múltiplas respostas, permitindo que os indivíduos escolhessem mais de uma. A **Tabela 6** revela que 62 dos 75 participantes (82,70%) afirmaram buscar informações sobre vacinas em sites oficiais de saúde. Tal fato indica que os respondentes estão conscientes da importância de buscar meios oficiais e diretamente das fontes oficiais. Em contraste, 65,30% utilizam os veículos de comunicação como um complemento na busca por notícias confiáveis, que podem fornecer uma visão mais ampla e aprofundada sobre o tema.

Como as alternativas marcadas não são excludentes (o respondente poderia assinalar várias opções ao mesmo tempo), verifica-se que as redes sociais não são a principal fonte de informação dos participantes, mas deve-se considerar uma tendência crescente de busca por informações no ambiente. O contato pessoal e a consulta com profissionais da saúde (44%) ainda são uma das principais fontes de referência. Um percentual de 23% dos indivíduos relata buscar informações com amigos e familiares; no entanto, se isso for feito de maneira incorreta haverá a possibilidade de disseminação de informações falsas sobre as vacinas.

Os resultados obtidos na questão 5 podem ser explicados, em parte, pelo alto índice de participantes com nível de escolaridade superior. A formação acadêmica parece

influenciar a escolha das fontes de informação, é possível sugerir que indivíduos com maior grau de instrução tendem a buscar dados em meios mais confiáveis, como os sites oficiais de saúde.

**Tabela 6 – Fontes de Informação**

Resposta	Percentual	Quantidade
Sites oficiais de saúde (Ministério da Saúde, OMS)	82,70%	62
Notícia de veículos de comunicação confiáveis	65,30%	49
Redes sociais	10,70%	8
Profissionais de saúde	44%	33
Amigos e familiares	23%	17

Fonte: Autora

Q 6 – A questão <sup>2</sup> - Em sua opinião, qual o principal impacto da desinformação sobre vacinas nas redes sociais? - Revela um cenário de preocupação em relação a disseminação de informações falsas sobre vacinas nas redes sociais. Pode-se inferir do **Gráfico 4** que a propagação de notícias falsas reduz a confiança nas vacinas e promove a hesitação vacinal. Um total de 38,8% dos respondentes indica que a exposição a informações falsas pode levar as pessoas a questionar a segurança, causando uma adesão menor aos programas de imunização. As respostas escolhidas pelos participantes dão a entender que a desinformação contribui para o agravamento do surto de doenças, gera confusão e incerteza a respeito das informações

---

<sup>2</sup> A questão 3 foi descartada por não se adequar ao escopo da pesquisa. As questões restantes foram renomeadas de acordo com a nova ordem estabelecida. Em particular, a questão anteriormente identificada como “7” foi renomeada para “6” e reformulada para a seguinte pergunta: Em sua opinião, qual o principal impacto da desinformação sobre vacinas nas redes sociais?

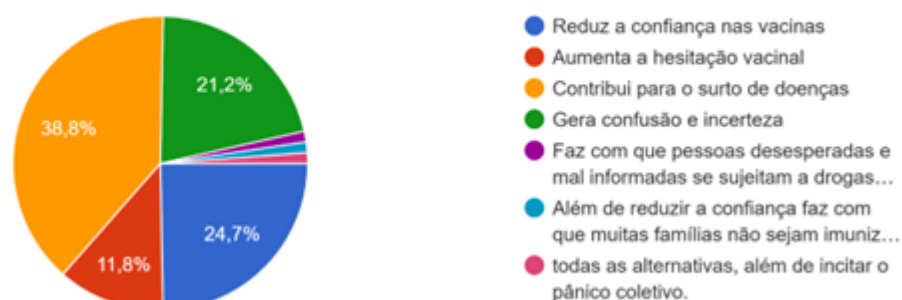
contraditórias, o que dificulta a tomada de decisão de se vacinar ou não. Além das alternativas propostas, duas pessoas emitiram sua opinião<sup>3</sup> sobre o assunto.

Faz com que pessoas desesperadas e mal informadas se sujeitem a drogas experimentais e/ou ineficientes, o que desacredita as vacinas

Além de reduzir a confiança faz com que muitas famílias não sejam imunizadas e isso gera muitas ondas de epidemias, ou mesmo dificuldade de conter o avanço de determinada doença/vírus, como aconteceu recentemente com a volta mais forte da dengue que sazonalmente tem aumentos de números de casos, mesmo assim muitas pessoas não foram tomar as vacinas por desinformação e falta de confiança nas vacinas.

#### Gráfico 4 - Desinformação e Vacinação

7. Em sua opinião, qual o principal impacto da desinformação sobre vacinas nas redes sociais?  
75 respostas



Fonte: Autora

Q 7, Q 8 e Q 9 – As questões 7, 8 e 9 se inter-relacionam, pois uma trata do conhecimento de agências brasileiras de *fact-checking* e as outras sobre o uso da ferramenta. A maior parte dos entrevistados (61,3%) declarou não conhecer ou saber o que são agências de verificação. Apenas 34,7% dos participantes afirmaram ter ouvido falar e, entre esses, apenas 54,1% conhecem agências brasileiras. A resposta à pergunta "Você já consultou alguma agência de verificação de informações..." revelou um aumento do conhecimento sobre o tema, porém, pelo menos 77,3%,

<sup>3</sup> Foram mantidos os textos originais dos respondentes.



nunca apelaram a nenhuma agência para confirmar a veracidade de informações sobre vacinas. No entanto, o conhecimento da ferramenta não implica no uso. Pode-se observar que o fato de um indivíduo ter ouvido falar de agências de verificação não significa que ele as utilize no dia a dia para verificar informações recebidas.

Q 10 – Dos respondentes que conhecem agências de verificação, boa parte já acessou ou ouviu falar das agências Fato ou Fake (51,4%), Lupa (32%) e Estadão Verifica (17,1%). Outros participantes relataram conhecer outras agências de verificação, mas as que mais se destacaram foram as citadas. Sobre a popularização da agência Fato ou Fake o comentário de um entrevistado nos chamou a atenção:

Achei que a “Fato ou Fake” fosse apenas uma expressão, não sabia que era uma agência brasileira especializada em verificação de informações.

Outro respondente questionou se o fact-checking era sujeito a legislação e manifestou seu apoio aos meios de comunicação tradicionais:

Conheço as agências Boatos.org e Fato ou Fake. Das que assinalei acima, eu já consultei, mas nunca sobre o tema de vacinação, e nunca soube se elas eram ou não regulamentadas pelo governo. Então prefiro me apoiar em diferentes meios de comunicação que já existem há bastante tempo para me embasar melhor.

Q 11 - Como se tratava de uma pergunta aberta, na qual o respondente poderia expressar a sua opinião, contabilizamos 27 afirmativas distintas. Para fins de avaliação, organizamos os conceitos em uma nuvem de palavras na **Figura 1**.

**Figura 1** - Nuvem de palavras<sup>4</sup> gerada a partir do questionário



Uma das palavras que se destaca e pode ser um ponto de partida é “Linguagem”. Alguns dos participantes apontam a importância de uma fala concisa e transparente na divulgação das campanhas feitas pela administração pública. Outros termos também que apareceram com recorrência foram: transparência, mídia, redes sociais, consequências, punição, eficácia e confiança. Isso parece demonstrar uma preocupação dos respondentes com a falta de consequências para as pessoas que divulgam informações falsas nas redes sociais.

Vejamos exemplos da sugestão de alguns participantes sobre o combate à desinformação nas redes sociais, que classificamos em quatro grupos principais:

### Conscientização/Linguagem

As campanhas de informação e conscientização sobre a vacinação deveriam usar uma linguagem mais coloquial, para atingir uma parcela maior da sociedade, especialmente aqueles com menor conhecimento acadêmico. Assim, a vacinação faria mais sentido e as pessoas, em geral, entenderiam melhor sua importância para crianças, adultos e até mesmo animais, no combate a doenças graves, epidemias, pandemias e zoonoses. A desinformação só prospera porque a informação verdadeira e simples não chega de forma eficaz às pessoas. É preciso entender que uma linguagem técnica e rebuscada não é compreensível para a maioria da população brasileira.

Comunicação mais próxima com a sociedade, com menor teor institucional por parte dos governos e maior senso comunitário nas mensagens

### Entrevistas/Comunicação

Poderia fazer entrevistas com o público para responder às perguntas mais frequentes que a população tem. Estamos em um ambiente de muita polarização e cada vez se torna mais importante ouvir "gente como a gente". Afinal, se focarmos apenas na autoridade das agências reguladoras, não conseguiremos nos conectar com o público, especialmente com aqueles que têm menor escolaridade e dificuldade em encontrar informações confiáveis. Acredito que uma comunicação que demonstre empatia com as dúvidas e medos das pessoas sobre a vacina seja a melhor forma de combater a desinformação.

## Responsabilidade/Desmitificação

Divulgação de campanhas de conscientizações vacinal, criação de posts e matérias assegurando as eficácias das vacinas.

Governo precisa implementar e criar mudanças na legislação, a divulgação de Fake News deve ser criminalizada.

Maior agilidade de resposta dos sites/perfis oficiais do governo quanto à divulgação de informações falsas.

## Transparência

Potencializar a divulgação dos riscos de não tomar as vacinas recomendadas.

Transparência e sinceridade quanto à eficácia e eficiência da vacina.

Divulgação de resultados de estudos científicos e projetos, acompanhada por discursos de políticos.

Mais clareza quanto os efeitos das vacinas.

O eixo da (Conscientização/Linguagem) destaca a importância do uso de uma linguagem acessível nas campanhas de vacinação, que busque alcançar as pessoas com menor grau de escolaridade. A utilização de uma linguagem coloquial facilita a compreensão da importância das vacinas para diversas faixas etárias e, evitando que o ruído e a desinformação ganhem força devido à falta de informações claras e acessíveis. Dessa maneira, é importante que as campanhas sejam compreendidas de forma eficaz por toda a população, fazendo com que as mensagens sejam claras e acessíveis.

O segundo eixo (Entrevistas/Comunicação) sugere que a chave para uma comunicação é feita pela empatia. Na divulgação de informações, é fundamental que as campanhas se conectem com o público em um nível pessoal, respondendo às suas dúvidas e preocupações pessoais. Essa abordagem, que inclui entrevistas e uma linguagem mais acessível.

No terceiro eixo (Responsabilidade/Desmitificação), enfatiza-se a necessidade de campanhas de conscientização que assegurem a eficácia das vacinas e sugere mudanças na legislação, como a criminalização da disseminação de informações

falsas. E ressalta a urgência de uma resposta rápida e eficaz do governo para corrigir as informações falsas sobre as vacinas.

O quarto e último eixo (Transparência), aponta a necessidade de clareza na divulgação dos riscos de não se vacinar e maior sinceridade sobre a eficácia das vacinas. A divulgação transparente de resultados de estudos científicos, acompanhada por explicações acessíveis por parte de autoridades, é essencial para garantir que a população tenha acesso a informações seguras sobre os efeitos das vacinas.

A análise demonstra que os participantes do estudo valorizam a clareza e acessibilidade das informações sobre vacinas. Muitos dos participantes buscam fontes confiáveis e uma linguagem simples na hora de se informar sobre os riscos e benefícios da vacinação. A pesquisa também indica que as pessoas veem a desinformação como um grave problema de saúde pública e defendem medidas mais rigorosas contra a disseminação de notícias falsas. As respostas sugerem que as pessoas desejam campanhas de vacinação mais eficazes, que utilizem uma comunicação responsável, clara empática que se aproxime das pessoas.

## **6.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE DESINFORMAÇÃO NA AGÊNCIA LUPA**

Esta seção apresenta uma análise de conteúdo, fundamentada no método de Bardin (2016), de dois conteúdos da Agência Lupa que abordam a desinformação em relação às vacinas. O objetivo é identificar padrões, temáticas recorrentes e estratégias de *fact-checking* utilizadas. A análise a ser realizada vai seguir as três etapas principais do método de Bardin: a) Pré-análise; b) Exploração do material; c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Os conteúdos têm como títulos: “É falso que 30% das pessoas vacinadas contra a Covid-19 morrerão em três meses” e “Vacina contra gripe não causa ‘surto mortal’ nos EUA”. Ao analisar cada uma das imagens (**Figuras 2 e 3**), é possível fazer inferências a respeito dos assuntos abordados como a disseminação de informações falsas em redes sociais como o Facebook e WhatsApp. Decidimos utilizar a codificação do material pela identificação de elementos-chave. São eles: a) tema principal; b) unidade de contexto; c) categorias.



**Figura 2** – Checagem da Agência Lupa: print de mensagem do WhatsApp.

As palavras “informação” e “vacinas” se destacaram na primeira reportagem (**Figura 2**), apareceram em um total de quatro e sete vezes, respectivamente. Partindo do princípio da unidade de análise e da codificação dos códigos, encontramos a palavra “informação” nos seguintes trechos:

**Palavra: "Informação"****Codificação:**

Trecho 1: *"Circula por grupos de WhatsApp a informação de que 30% das pessoas vacinadas contra a Covid-19 morrerão em três meses..."* (Tema: Desinformação)

Trecho 2: *"A informação analisada pela Lupa é falsa."* (Tema: Verificação de Fatos)

Trecho 3: *"Também não procede a informação de que a vacina provocaria..."* (Tema: Segurança da Informação)

**Palavra: "Vacinas"****Codificação:**

Trecho 1: *"Não há evidências científicas de que as vacinas contra a Covid-19..."* (Tema: Segurança das vacinas).

Trecho 2: *"As vacinas de mRNA, citadas no texto..."* (Tema: Eficácia das vacinas).

De acordo com a análise de conteúdo baseada em Bardin (2011), encontramos dois temas relacionados às palavras "informação" e "vacinas" no texto analisado que se correlacionam com as palavras codificadas. De acordo com a autora, a categorização dos dados permite a identificação de padrões e significados ocultos que revelam a preocupação do texto em assegurar que as informações difundidas sejam fundamentadas e baseadas em fatos verídicos.

A palavra "informação" é frequentemente associada a um contexto de desinformação, principalmente durante a pandemia em relação à disseminação de notícias falsas sobre a eficácia e segurança das vacinas contra a Covid-19. Este termo foi codificado em quatro ocorrências distintas no texto, cada uma enfatizando a importância da verificação de fatos como um fator essencial para combater a desinformação.

Em contraponto, a palavra “vacinas” apareceu pelo menos sete vezes no texto em diferentes contextos, e sempre associada a temas como a segurança e eficácia das vacinas contra a Covid-19. A recorrência do termo mostra a relevância de aumentar a confiabilidade das pessoas nos imunizantes. A notícia veiculada pela agência Lupa na **Figura 2** retrata uma alegação sem dados e base científica, nomeada como “É falso que 30% das pessoas vacinadas contra a Covid-19 morrerão em três meses”. Nesta checagem a Lupa apresenta fontes científicas e médicas que desmentem a informação publicada em um grupo de WhatsApp. O conteúdo apresenta o depoimento de autoridades de confiança, como médicos que desmentem a informação, categorizada como “*Falsa*”. Os agentes e profissionais da saúde enfatizam que as vacinas da Covid-19 não possuem tal efeito colateral. A informação foi divulgada inicialmente por Sherri Tempenny, médica que faz os comentários acerca das vacinas de RNA e é uma ativista antivacina dos Estados Unidos, que teve a sua conta excluída do Facebook por espalhar desinformação. Em um contexto de pandemia, essa publicação arrisca-se a provocar um impacto social negativo, pois as pessoas podem acreditar em qualquer boato que recebam. A necessidade de checagens mais rigorosas é um fator importante na redução de danos e na manutenção da confiança na ciência e nas políticas públicas de saúde.



Lupa
JORNALISMO
Seja membro
Entrar

VERIFICAÇÃO

## VACINA CONTRA GRIPE NÃO CAUSA 'SURTO MORTAL' NOS EUA

15.05.2018 - 13h00

Cristina Tardáguila  
Rio de Janeiro - RJ

Diante da proximidade do inverno, das temperaturas mais baixas e da maior chance de transmissão do vírus da gripe, disseminadores de notícias falsas buscam desinformar ou gerar pânico na população. Mensagem com mais de 250 mil interações no Facebook fala de uma falsa epidemia causada pela vacina da gripe. A Lupa verificou. Confira abaixo:

**"Médico quebra o silêncio: A vacina contra a gripe é o que está causando um surto mortal de gripe"** *Título de postagem no site Sempre Questione\_ com mais de 257 mil interações no Facebook até as 12h do dia 15 de maio de 2018.*

**FALSO**

No dia 15 de janeiro deste ano, o site americano [YourNewsWire.com](#), site conhecido pelos checadores americanos (entre eles o Snopes.com) por disseminar informações equivocadas, colocou no ar uma "reportagem" informando que um médico não identificado do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) teria alertado sobre o perigo em torno da vacina contra a gripe, que seria "devastadora". "Alguns pacientes em que apliquei essa vacina neste ano morreram", dizia o suposto médico, ao site americano.

A postagem do Sempre Questione, analisada pela Lupa, traz o mesmo texto do YourNewsWire.com – só que em versão traduzida para o português. E seu conteúdo é igualmente falso.

O CDC americano, na verdade, [estimula fortemente](#) os americanos a tomarem a vacina contra a gripe todos os anos e garantem que o remédio é seguro para a enorme maioria da população. De acordo com o [orgão](#), só não devem tomar a vacina crianças com menos de 6 meses de vida e pessoas com alergias severas aos ingredientes da vacina.

O [Brasil](#), por sua vez, está desde o dia 23 de abril com a campanha de vacinação contra a gripe aberta. Ela vai até o dia 1º de junho. O [Ministério da Saúde](#) informa que a vacina "é segura e salva vidas", acrescentando que "estudos demonstram que a vacinação pode reduzir entre 32% e 45% o número de hospitalizações por pneumonias, de 39% a 75% a mortalidade global e em, aproximadamente, 50% nas doenças relacionadas à influenza".

**Nota: esta checagem faz parte do projeto de [verificação de notícias](#) no Facebook. O conteúdo considerado falso também foi publicado pelo site SegundoEvangelho.com.**

Dúvidas sobre o projeto? Entre em contato direto com o [Facebook](#).

**Figura 3** – Checagem da Agência Lupa: print de um site estrangeiro.

Já na segunda reportagem (**Figura 3**), após a análise notamos as palavras que mais se repetem: “Vacina”; “Gripe” e “Informação”. Cada uma delas aparece em oito, sete ou quatro ocasiões, respectivamente. Entretanto, faremos uma análise apenas dos dois primeiros termos que possuem trechos de destaque e relevância para a pesquisa, como podemos ver abaixo:

## Palavra: "Vacina"

### Codificação:

Trecho 1: “O Ministério da Saúde informa que a vacina ‘é segura e salva vidas’...”  
(Tema: Segurança das vacinas).

Trecho 2: “O CDC americano, na verdade, estimula fortemente os americanos a tomarem a vacina contra a gripe todos os anos.” (Tema: Estimulação à vacinação).

Trecho 3: *“A vacina contra a gripe, cuja campanha começou no dia 23 de abril e seguirá até o dia 1 de junho, protege contra esses três tipos de vírus.”* (Tema: Campanha de vacinação).

A segurança da vacina é abordada nas duas reportagens, mas, como apontamos na Figura 3, trecho 1, o Ministério da Saúde, como autoridade sanitária, reforça a segurança e a eficácia das vacinas, com o objetivo de tranquilizar a população e incentivar a adesão às campanhas. No segundo trecho, o CDC americano (Centro de Controle e Prevenção de Doenças), a agência de saúde pública dos Estados Unidos responsável por proteger a saúde da população através da prevenção e controle de doenças, lesões e outras ameaças, recomenda a vacinação anual contra a gripe, evidenciando a importância da imunização como medida preventiva para doenças infecciosas.

As campanhas de vacinação são temas recorrentes quando se trata do combate às desinformações estruturais. Encarar e desmentir conteúdos falsos é visto como uma alternativa e estratégia no combate à mentira e ao engano.

### **Palavra: "Gripe"**

#### **Codificação:**

Trecho 1: *“A vacina contra a gripe é constantemente testada e avaliada quanto à sua eficácia e segurança.”* (Tema: Segurança das vacinas).

Trecho 2: *“Mensagem com mais de 250 mil interações no Facebook fala de uma falsa epidemia causada pela vacina da gripe.”* (Tema: Desinformação).

No primeiro trecho, a palavra "vacina" é utilizada para descrever o foco da alegação falsa disseminada nas redes sociais. A menção à vacina neste contexto evidencia a desinformação generalizada e a necessidade de checar a veracidade das alegações.

O termo é crucial na narrativa sobre o impacto das notícias falsas e tendenciosas. No segundo trecho, é possível ver que a palavra foi utilizada para descrever o objeto de alegação errônea divulgada pelo site *YourNewsWire.com*. No contexto inserido, a palavra vacina é associada à desinformação, reafirmando a prejudicialidade de fontes não confiáveis na propagação de dados falsos. A disseminação de notícias falsas pode gerar, muitas vezes, medo e insegurança na população, levando à resistência à vacinação, consequentemente a um aumento no número de casos de gripe devido ao receio criado por informações fabricadas com o intuito de manipulação.

Na **Figura 3**, observamos a checagem da agência Lupa, publicada em maio de 2018, intitulada “Vacina contra gripe não causa ‘surto mortal’ nos EUA”, que verifica a informação de que a vacina da gripe pode causar a própria doença. No processo de análise de conteúdo, foram categorizados: “Desinformação”, “Segurança das vacinas”. Apesar de ser uma notícia veiculada na era pré-pandemia, podemos observar características que se assemelham a ela como a popularização de canais de notícias falsas.

A comparação entre as duas checagens revela que, independentemente do contexto, a desinformação é um problema persistente, com estratégias semelhantes em diferentes situações. As informações falsas sobre vacinas, reproduzidas tanto no caso da gripe quanto da vacina da Covid-19, podem causar consequências graves e irreversíveis no aumento da hesitação vacinal, bem como no aumento de casos de doenças anteriormente erradicadas. A verificação da informação traz dados relevantes sobre a gripe, também conhecida por *influenza*, que é uma doença sazonal, e como cuidados simples, como lavar as mãos, não compartilhar objetos de uso pessoal, podem ajudar a combater o vírus.

Nossas unidades de análise nos permitem considerar que as palavras mais utilizadas estão ligadas ao contexto da desinformação nas redes sociais, especialmente veiculadas em aplicativos de mensagens. A autora Ferrari (2021, p. 55) explica que o progresso tecnológico facilita o acesso na era digital. As informações são facilmente

encontradas, mas, devido à pressa e à superficialidade, a desinformação encontra um caminho mais fácil de propagação. Um dos principais motivos que levam à difusão de mentiras no campo da saúde pública, são de interesses individuais, e muito desses motivos são; políticos, financeiros, religiosos e filosóficos entre outros como afirma o autor Henriques (2018).

A agência Lupa desempenha um papel essencial na verificação de fatos. Fundada há quase uma década, ela ganhou força e destaque nos últimos anos devido ao crescente fluxo de informações manipuladas e enganosas que circulam diariamente. As agências de checagem são importantes, pois o fluxo de informação denso, necessita de um filtro. A influência que esses conteúdos tendenciosos podem provocar é enorme, principalmente se tratando de saúde pública e na credibilidade e eficácia das vacinas. Os conteúdos apresentados, inferem que simples mensagens possuem um alto poder de circulação e impacto, isso pode provocar caos e pânico a quem recebe esse tipo de informação e não tem acesso ou conhecimento das ferramentas de apuração de fatos.

O Ministério da Saúde tem um papel relevante no impacto social, por meio da comunicação pública efetiva, a desinformação pode ser combatida com informes e campanhas. A disseminação de informações falsas sobre vacinas pode gerar desconfiança na população e prejudicar a adesão às campanhas de imunização. Ao criar dúvidas sobre a segurança e eficácia dos imunizantes, essas narrativas podem ter consequências negativas para a saúde pública.

## **7. CONCLUSÃO**

A partir da análise, os resultados indicam um alto nível de confiança nas instituições governamentais e de saúde em relação às informações sobre vacinas. Isso aponta que a maioria das pessoas considera essas fontes como seguras e confiáveis. Apesar do alto índice de confiança, uma parcela dos indivíduos demonstrou dúvidas. Essas pessoas podem ser influenciadas por diversos fatores, como a disseminação de

informações falsas nas redes sociais, experiências ruins ou crenças pessoais. Henriques (2018), apontou que interesses políticos, financeiros, religiosos e filosóficos, podem motivar a disseminação de mentiras no campo da saúde pública. O fortalecimento das instituições de saúde, de educação e pesquisa podem contribuir para evitar a propagação de notícias falsas.

Quando Bateson (2019) disse que “diferença faz a diferença”, ele também propõe que a informação não deve se ater apenas à transmissão de dados, mas focar no esclarecimento das ideias que geram uma mudança significativa na percepção da notícia veiculada. A comunicação não é, e não pode ser apenas uma simples transmissão de dados, deve se comportar como um fenômeno que afeta a compreensão do receptor. No contexto atual, onde o excesso de dados e informações circula por toda parte, o entendimento e a clareza são ofuscados. Os profissionais da comunicação exercem um difícil papel de combater a desinformação nesse período, e sempre estão atentos. A apuração jornalística tem um importante papel no combate às *fake news*, a verificação de fatos garante a precisão ao reportar os acontecimentos e esses fatores, junto com a ética jornalística, contribuem para evitar a disseminação de conteúdo falso.

Os números nos levam à inferência de que a maior parte dos respondentes que reagiram positivamente à pergunta sobre conhecer ou não as agências de fact-checking está na faixa etária de 18 a 25 anos. Isso sugere que os mais jovens estão mais familiarizados com este conceito e com as ferramentas on-line para verificar informações. Além disso, os resultados também indicam que a maioria dos participantes da pesquisa já está convencida da importância da vacinação. Por outro lado, a maioria dos respondentes é de Brasília, o que pode apontar para um foco regional na amostra, uma vez que 96% dos participantes são da capital. Os outros participantes correspondem a uma percentagem de 2,67% e 1,33% de São Paulo e Santa Maria – RS, respectivamente.

A comunicação pública desempenha um papel crucial na garantia de que as informações sobre a vacinação sejam divulgadas para todos os setores da sociedade, inclusive aqueles que têm menos acesso às fontes tradicionais de informação. Pesquisas mostram que uma população mais vulnerável exposta ao risco, que não tem acesso à mídia e vive em precárias condições de vida, o risco da desinformação é maior. As equipes de saúde familiarizadas e conhecidas têm um papel fundamental de levar informações e atender ao calendário brasileiro de imunização, administrar vacinas com o propósito de reduzir danos e promover a educação sobre a importância delas e como os programas do Ministério da Saúde reduzem o risco de futuras complicações por doenças transmissíveis.

Isso inclui o uso de múltiplos canais de comunicação, como redes sociais, televisão, rádio, e material impresso, garantindo que a mensagem chegue a comunidades rurais, populações vulneráveis e pessoas com menor nível educacional.

Os resultados demonstraram que a opinião de muitos participantes sobre como combater informações tendenciosas se dirigiu à promoção de campanhas que reforcem o esquema vacinal e sua importância. A existência de um plano governamental, que vem sendo seguido desde 1975, demonstra organização e coordenação das autoridades no cumprimento da garantia de cobertura. Já a falta de adesão a consultas às agências de verificação demonstra que o hábito de checar informações não é comum entre os entrevistados. As principais hipóteses para possíveis razões do baixo uso são: desconhecimento das agências e confiança em outras fontes.

Chegou-se à conclusão de que as agências de checagem possuem um papel fundamental na promoção da educação midiática. Boa parte dos respondentes possuem um grau de educação elevado, com graduação ou a pós-graduação, isso implica que um grau superior pode estar correlacionado ao saber a utilização de ferramentas para confirmação de dados. Apesar dos resultados indicarem uma tendência entre os jovens e a população brasileira, é importante ressaltar que esta

pesquisa tem limitações em relação à generalização dos dados para toda a população. Entretanto, os resultados deste estudo contribuem para um melhor entendimento do perfil dos usuários que conhecem ou utilizam as ferramentas de fact-checking e demonstram o nível de adesão à vacinação em um grupo de tamanho reduzido da população, abrindo caminho para futuras pesquisas com amostras mais representativas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, R. P. L.; MOUTA, A. A. N.; SILVA, N. S.; OLIVEIRA, J. E. N.; BELTRÃO, I. T.; BELTRÃO, C. M. F.; FONTENELE, S. M.; da SILVA, A. C. B. **Perigo do movimento antivacina**: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 6, p. e3088, 30 abr. 2020.

BENOIT, S. L.; MAULDIN, R. F. **The “Anti-Vax” Movement**: A Quantitative Report on Vaccine Beliefs and Knowledge across Social Media. BMC Public Health, v. 21, art. 2106, 2021. Disponível em: <<https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3438584>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRANDÃO, Elisabeth Pazito. **Comunicação Pública**: Conceito de Comunicação Pública. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde (Org.). **Entenda por que a vacinação evita doenças e salva vidas**. 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/vacinacao/vacine-se>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde (Org.). **Segurança das Vacinas**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/esavi>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CHAGAS, José Antônio de França. O questionário na pesquisa científica: características, especificidades e aplicações. **São Paulo: Revista Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 123-136, 2012.



DANTAS DA SILVA, M. K.; BALTAR CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, M. E.; FURTADO VELOSO, M. do S. Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso à informação ao excesso de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 410–426, 2019. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1225>>. Acesso em: 1 set. 2024.

DATASENADO. **Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/ouvidoria/publicacoes-ouvidoria/redes-sociais-noticias-falsas-e-privacidade-de-dados-na-internet>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

DEODATO, Paulo Gerson Olinto. **Agência Lupa, Facebook e consumo de notícias: análises sobre a desinformação na pandemia da Covid-19**. 2022. p. 35.

DEER, Brian. **How the vaccine crisis was meant to make money**. London: BMJ, 6 Jan. 2011; 342:c5258. Disponível em: doi: 10.1136/bmj.c5258. Acesso em: 17 jul. 2024.

DONATH, Judith. **Identity and Deception in the Virtual Community**. In: KOLLOCH, P. e SMITH, M. *Communities in Cyberspace*. Londres, Reino Unido: Routledge, 1998. Disponível em: <http://smg.media.mit.edu/papers/Donath/IdentityDeception/IdentityDeception.pdf>. Acesso em: 6 de set, 2024.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública: estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DUMARD, Carlos Henrique. **A vacina no banco dos réus: Mitos e verdades sobre as vacinas**. 2017.

EUROPEAN COMMISSION. **A European approach to media literacy in the digital environment. Commission of the European Communities**, 2007. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/com/en.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FAPESP, Revista Pesquisa. **Causas da queda na vacinação**. Agosto de 2018. Ano 19, n. 270, p. 19 a 24. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC/Fortaleza: Armazém de Cultura, 2018a.

FERNANDES, Luiz Felipe. **Vacinação: entre a ciência e as fake News**. Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/118701-vacinacao-entre-a-ciencia-e-as-fake-news>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FRANÇA, ISX, et al. Cobertura vacinal e mortalidade infantil em Campina Grande, PB, Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, n. 2, p. 258-271, 2009.

GEHLEN, Marco Antônio. **Fact-checking: o caso da Lupa**, a primeira agência de checagem de notícias do Brasil. In: FRONTEIRAS DO JORNALISMO E MODELOS DE NEGÓCIO. 2018. p. 44-45.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GPT-4. **Nuvem de palavras gerada a partir de respostas de formulário sobre vacinação**. 2024.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha. A dupla epidemia: febre amarela e desinformação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 1, 2018. P. 10.

HOCHMAN, G. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/M8sG7M8Y7Z87J9T8Y9>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2019.

Jorge, T. M. (2024). Apresentação dossiê Desinformação & Fake News. **Esferas**, ano 14, vol. 1, nº 29, p. 1-7, janeiro-abril. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0002-7995-7838>>. Acesso em: 21 jul. 2024.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: Notas sobre a mentira na era Trump. Tradução: André Czarnobai; Marcela Duarte. São Paulo: Editora Intrínseca, 2018.

KEGLER, Jaqueline Quincozes da Silva. **Comunicação Pública e Complexidade**: uma perspectiva das Relações Públicas como sujeito comunicacional no cenário da midiaticização. Tese (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Santa Maria. 2018.

LESSENSKI, M. **Just think about it**: Findings of the Media Literacy Index 2019. Open Society Institute Sofia, Policy Brief 55, 2019.

MACDONALD, N. E. **Vaccinehesitancy: definition, scopeanddeterminants**. Vaccine, v. 33, n. 34, p. 4161-4164, nov. 2015.

MASSARANI, Luisa et al. **Narrativas sobre vacinação em tempos de fake news**: uma análise de conteúdo em redes sociais. Saúde e Sociedade, v. 30, p. e200317, 2021

MATAMOROS, D. C.; SAIZ, C. P. **Exploring the relationship between newspaper coverage of vaccines and childhood vaccination rates in Spain**. Human Vaccines & Immunotherapeutics, v. 16, n. 5, p. 1055-1061, 2020.

MARTINI, Sandra Regina. Direito e fraternidade: a saúde do "outro" esquecido no trabalho humanitário. In: MARTINI, Sandra Regina; CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley (org.). **O movimento entre os saberes: os desafios dos direitos humanos na sociedade da informação**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 237.

MEIRELES, C. **Checagem de fatos, um novo nicho no Jornalismo**. Politize, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cheragem-de-fatos>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **História da vacinação no Brasil**. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pni#:~:text=Hist%C3%B3ria%20da%20vacina%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil&text=Em%201973%20foi%20formulado%20o,pela%20reduzida%20%C3%A1rea%20de%20cobertura>. Acesso em: 28 set. 2024.

MOORHEAD, S. A. et al. A new dimension of health care: systematic review of the uses, benefits, and limitations of social media for health communication. **Journal of Medical Internet Research**, Toronto, v. 15, n. 4, art. e85, 2013.

MOREIRA, Vaninne. **O papel da diplomacia das vacinas no combate à pandemia da Covid-19**. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <[https://unisanta.br/arquivos/mestrado/direito/dissertacoes/Dissertacao\\_VANINNEA\\_RNAUDEMEDEIROS MOREIRA568.pdf](https://unisanta.br/arquivos/mestrado/direito/dissertacoes/Dissertacao_VANINNEA_RNAUDEMEDEIROS MOREIRA568.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2024.

NOGUEIRA, Rui. **O lado desconhecido das vacinas**. Rio de Janeiro: DOC Editora, 2014.

NORDENFELT, Lennart. **Conversando sobre saúde: um diálogo filosófico.** Tradução de Maria Bettina Camargo Bub e Théo Fernando Camargo Bub. Florianópolis: Bernúncia, 2000.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2005, p. (164-178)

OLIVEIRA, Beatriz Mello de. **Slow Journalism em Portugal e Brasil: formas alternativas de produção e consumo do jornalismo no tempo da aceleração.** Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação, Universidade Europeia. 2023.

OMS. **Organização Mundial de Saúde.** Disponível em: <<https://www.who.int/pt/about>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PINTO, Rayanne Silva. **Vacinação Obrigatória: Saúde Pública versus Discrecionalidade Parental.** Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina, 2018. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111981/2/266042.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP). **Lupa: agência pioneira em fact-checking no Brasil.** 2024. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/puccheck/lupa-agencia-pioneira-em-fact-checking-no-brasil>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PONTINI, RA.; FABRIZ, DC. **O dever fundamental dos pais e tutores de colaborarem para com o sistema de saúde público por meio da vacinação de seus filhos e tutelados.** *Derecho y Cambio Social*, Vitoria, v. 55, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/Derecho-y-Cambio\\_n.55.16.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Derecho-y-Cambio_n.55.16.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

SUCCI, R. C. **Vaccine refusal: what we need to know**. Jornal de Pediatria, v. 94, n. 6, p. 574-581, 2018.

TAVARES, Aline. **PNI 50 anos**: entenda por que o programa brasileiro de vacinação é referência internacional em saúde pública. Instituto Butantan, 2023. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/pni-50-anos-entenda-por-que-o-programa-brasileiro-de-vacinacao-e-referencia-internacional-em-saude-publica>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ROCHA, C. M. V. da. **Comunicação social e vacinação. História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 795-806, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000500017>>.

SACRAMENTO, Igor. A saúde numa sociedade de verdades. **RECIIS -Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação na Saúde**, 2018, jan-mar; 12 (1) p. 4-8. Disponível em [www.reciis.icict.fiocruz.br](http://www.reciis.icict.fiocruz.br). Acesso em 30 jul. 2024.

SANCHES, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini; CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley. Direito à saúde na sociedade da informação: a questão das fake news e seus impactos na vacinação. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 4, n. 53, p. 448-466, 2018. DOI: 10.6084/m9.figshare.7628969.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores Editora, 2018. Livro eletrônico, não paginado.

SANTOS, V. L. C.; SANTOS, J. E. **As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas**. Holos, v. 30, n. 6, 2014.

SATO, A. P. S. **Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?** Revista de Saúde Pública, v. 52, n. 96, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA JUNIOR, Jarbas Barbosa da. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília** , v. 22, n. 1, p. 7-8, mar. 2013. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167949742013000100001&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742013000100001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo público: três textos básicos**. Casa das Musas, 2006.

SIMAS, Luiz Antônio. Posfácio. In: DINIZ, André. **Revolta da Vacina**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2021.

TEIXEIRA, M. G. **25 anos do Programa Nacional de Imunizações**: Bahia. Em: PNI-Bahia, 25 anos de história. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 1999.

TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (Orgs.). **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

VALVERDE, Ricardo. **PNI completa 50 anos e Fiocruz se prepara para ampliar parceria**. Agência Fiocruz de Notícias, 18 set. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pni-completa-50-anos-e-fiocruz-se-prepara-para-ampliar-parceria>. Acesso em: 28 set. 2024.

VAN PROOIJEN, J. W. **Why Education Predicts Decreased Belief in Conspiracy Theories**. *Applied Cognitive Psychology*, v. 31, n. 1, 2017.

VICTOR, P. **Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 set. 2024.

WAKEFIELD, Andrew Jeremy et al. **Lleal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children**. Cidade de Londres, Reino Unido: *Lancet*, 1998; 351: 637-641

WILSON, S. L.; WIYSONGE, C. **Social media and vaccine hesitancy**. BMJ Global Health, v. 5, 2020.

ZORZETTO, Ricardo. **As razões da queda na vacinação**: ao menos nove fatores contribuem para a redução na imunização infantil e aumentam o risco de doenças graves ressurgirem. São Paulo: Pesquisa FAPESP, ago. 2018. Disponível em: . Acesso em: 16 jul. 2024.



## ANEXOS

28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

## Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

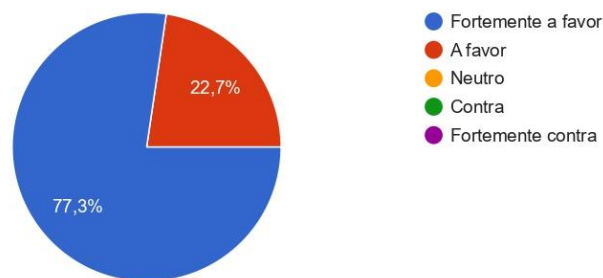
75 respostas

[Publicar análise](#)

1. Em geral, você se considera a favor ou contra a vacinação?

 [Copiar](#)

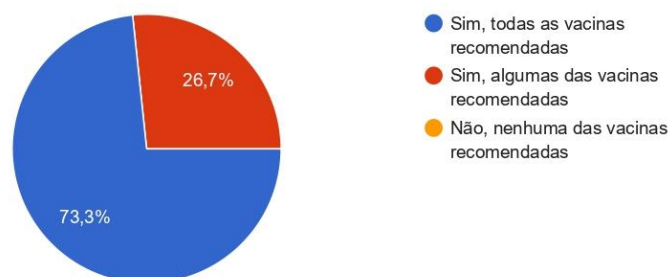
75 respostas



2. Você já se vacinou contra a gripe ou outras doenças?

 [Copiar](#)

75 respostas



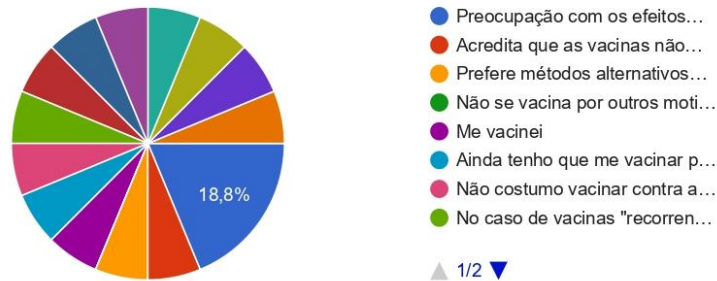
28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

3. Se você não se vacinou contra a gripe ou outras doenças, qual o motivo principal?

 Copiar

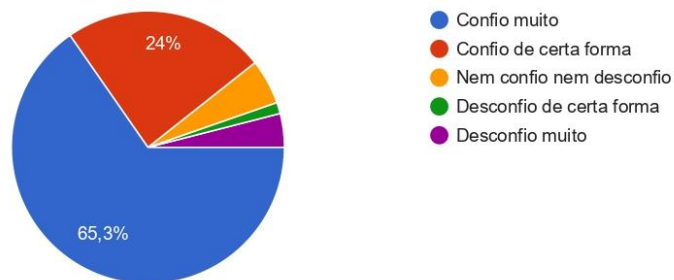
16 respostas



4. Você confia nas informações sobre vacinas que recebe do governo e das autoridades de saúde?

 Copiar

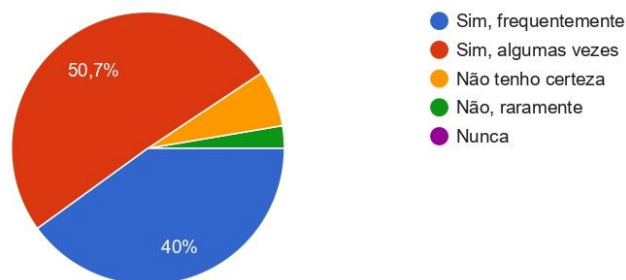
75 respostas



5. Você já se deparou com informações falsas ou enganosas sobre vacinas nas redes sociais?

 Copiar

75 respostas



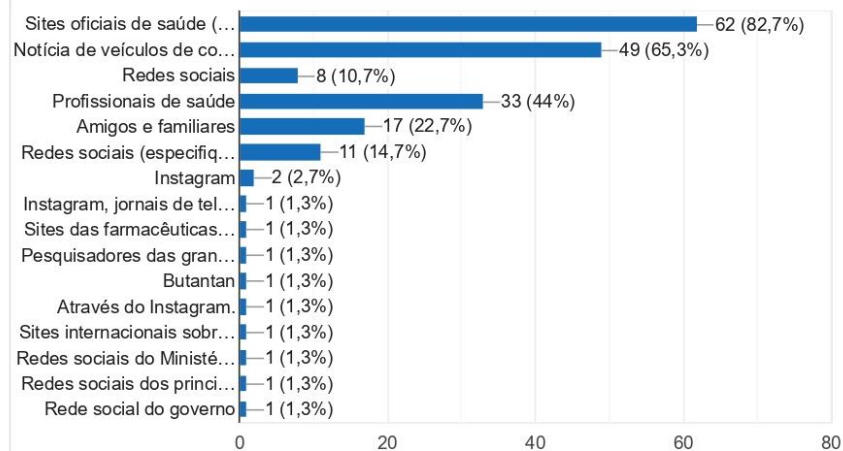
28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

## 6. De onde você costuma obter suas informações sobre vacinas?

 Copiar

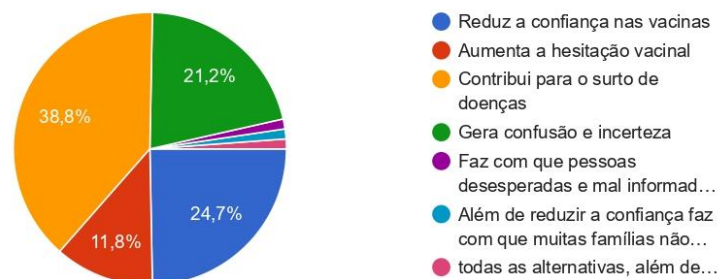
75 respostas



## 7. Em sua opinião, qual o principal impacto da desinformação sobre vacinas nas redes sociais?

 Copiar

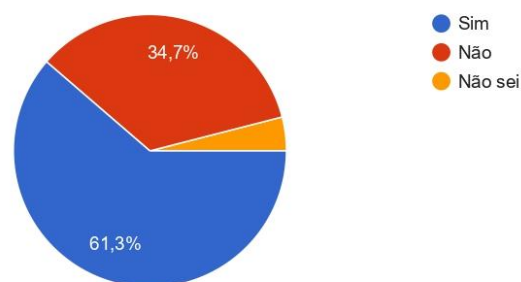
75 respostas



## 8. Você já ouviu falar de agências de verificação de informações (fact-checking)?

 Copiar

75 respostas



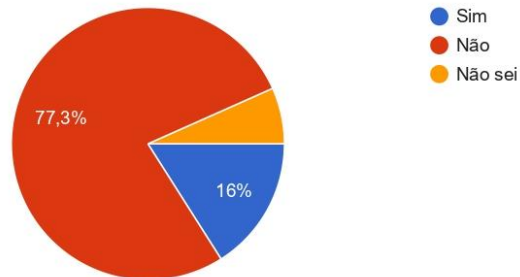
28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

9. Você já consultou alguma agência de verificação de informações (*fact-checking*) para verificar a veracidade de uma informação?

 Copiar

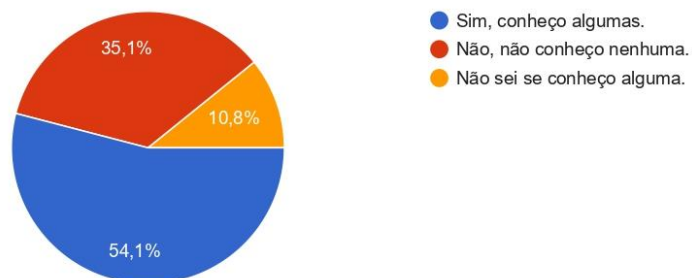
75 respostas



10. Você conhece alguma agência brasileira especializada na verificação de informações (*fact-checking*)?

 Copiar

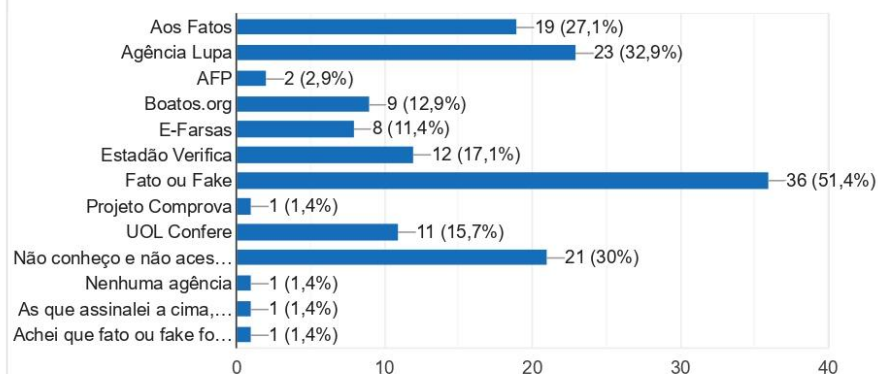
74 respostas



11. Se você conhece agências brasileiras especializadas em verificação de informações (*fact-checking*), quais você já conhece ou já acessou?

 Copiar

70 respostas



28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

12. Você tem alguma sugestão para melhorar a comunicação sobre vacinas e combater a desinformação nas redes sociais?

27 respostas

Mais propagandas do Ministério da Saúde

Mais propagandas em comerciais de TV e locais públicos

Ministério da saúde tem que intensificar as campanhas de vacinas

Potencializar a divulgação dos riscos de não tomar a vacinação

Divulgar nas escolas

Gostaria de poder ajudar com sugestões, mas não tenho sugestões

Trazer mais as consequências da pequena cobertura vacinal de doenças graves.

Promoção de campanhas publicitárias governamentais e fiscalização de sites que promovem fake news sobre vacinas/ciência são boas sugestões.

Punição aos que propagarem desinformação

Campanhas na tv e internet

Nenhuma

As campanhas de informação e conscientização sobre a vacinação deveriam usar de um linguajar mais coloquial, que atingisse uma maior parte da sociedade, principalmente aqueles que não possuem tanto conhecimento acadêmico. Dessa forma, a vacinação faria mais sentido e as pessoas no geral entenderiam melhor a importância da vacinação para as crianças e adultos (ou mesmo em animais, quando o caso), no combate a doenças graves, epidemias, pandemias (além das zoonoses, no caso dos animais). A desinformação só tem espaço pq a informação e o conhecimento reais e verdadeiros não chegam de forma efetiva e simples para as pessoas! É preciso entender que o linguajar técnico e rebuscado não faz o menor sentido para a maioria da população brasileira!!

Transparência e sinceridade quanto à eficácia e eficiência da vacina, muito se fala e nada se diz, é isso que se ganha em nascer em um país de ignorantes que veneram BBB e partidos políticos

Divulgação de resultados de estudos científicos e projetos com discursos de políticos

Responsabilização das redes por conteúdo falso compartilhado

Sim, parar de mentir e de usar informações falsas em agências de checagem de fatos que



28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

ignoram a ciência e estatísticas, como todas acima.

Infelizmente com o aumento das redes sociais é difícil. Antigamente as info-propagandas com o Zé gotinha eram bem aceitas, imagino que teríamos que pensar em algo similar pros dias de hoje

Transparência de todas as partes

Que outras instituições públicas incentivem a imunização

Campanhas de conscientizações vacinal, posts e matérias assegurando as eficácias das vacinas.

Poderia fazer entrevistas com o público, para responder as perguntas mais frequentes que a população têm. Estamos em um ambiente de muita polarização, e cada vez se torna mais importante ouvir "gente como a gente". Até porque, se você focar somente na autoridade das agências relugadoras não vai conseguir se aproximar do seu público, porque são pessoas (muitas vezes) com pouca escolaridade e não sabem onde reclar uma informação. Então acredito que uma comunicação que mostre a realidade das pessoas com dúvidas e medos sobre a vacina possa ser uma saída melhor para combater a desinformação.

Comunicação mais próxima com a sociedade, com menor teor institucional por parte dos governos e maior senso comunitário nas mensagens

Informação com linguagem para internet

Mudança na legislação, as Fake News precisam ser criminalizadas.

Mais clareza quanto os efeitos das vacinas.

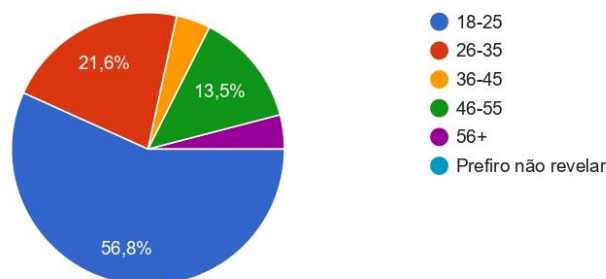
Maior agilidade de resposta dos sites/perfis oficiais do governo quanto à informações falsas.

Um perfil com foco nesse tipo de conteúdo.

13. Idade:

74 respostas

 Copiar





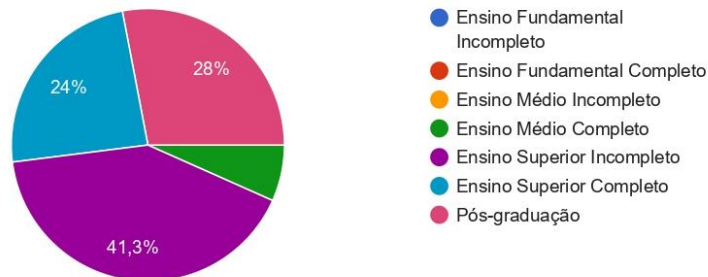
28/09/2024, 22:37

Análise Crítica da Percepção Pública sobre a Vacinação

## 14. Nível de Escolaridade:

 Copiar

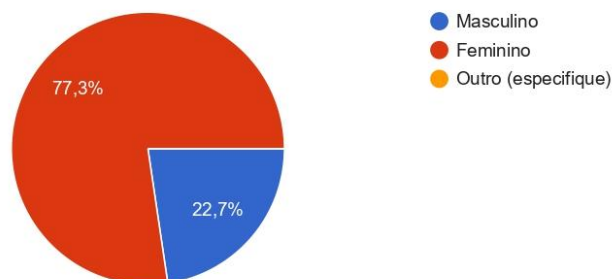
75 respostas



## 15. Sexo:

 Copiar

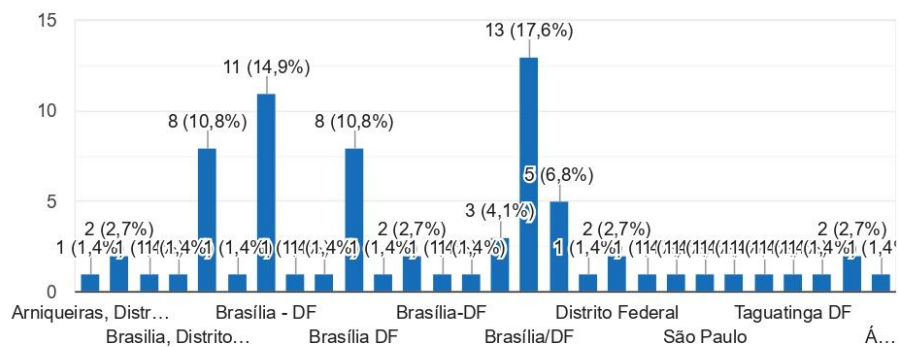
75 respostas



## 16. Cidade/Estado:

 Copiar

74 respostas



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

